

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 126

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 087ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE SETEMBRO DE 2001**
(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PPB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 040/2001

Curitiba, 12 de setembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de

lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor total de R\$3.605.000,00 (três milhões, seiscentos e cinco mil reais), sendo R\$2.929.800,00 (dois milhões, novecentos e vinte e nove mil e oitocentos reais) de recursos provenientes de Convênios com o Ministério da Justiça de R\$675.200,00 (seiscentos e setenta e cinco mil e duzentos reais) de contrapartida do Tesouro Estadual, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, para dar atendimento às seguintes obras para o Sistema Penitenciário Estadual.

1) Construir um pavilhão para almoxarifado central em Piraquara, para armazenagem de gêneros alimentícios, produtos de limpeza e outros;

2) Construir mais 58 celas, ampliar a creche e realizar reparos internos na Penitenciária Feminina do Estado de regime fechado;

3) Reparar e ampliar o Hospital Penitenciário do Paraná;

4) Ampliar a área do bloco Administrativo da Penitenciária Central do Estado.

Esclareço também que os recursos para a cobertura do referido crédito são decorrentes de cancelamento de dotação alocada em despesas de Capital, da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa, as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado, pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, no valor de R\$3.605.000,00 (três milhões, seiscentos e cinco mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, ficam alterados os Demonstrativos da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido no artigo 1º, fica alterado o Programa de Obras, conforme Anexo V desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA	ANEXO I ANEXO						FL. 01 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC COP
3900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA						
3913	COORDENAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO - COPEN						
2254	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	4411,51	00	01	L	675.200	0930
			07	09	L	2.929.800	0930
TOTAL						3.605.000	

CANCELAMENTO DE DESPESA	ANEXO II ANEXO						FL. 01 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC COP
3100	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFA						
3101	PROGRAMAÇÕES ESPECIAIS E ENCARGOS GERAIS DO ESTADO						
9083	ENCARGOS GERAIS DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA	4690,71	47	01	L	3.605.000	9030
TOTAL						3.605.000	

ACRÉSCIMO RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO III ANEXO				FL. 02 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR FONTE	VALOR	PROCESSO
1113.02.12	IMPOSTO S/OPER.RELAT. A CIRC. MERC. E S/PREST. DE SERV. DE TRANSP. INTEREST. E INTERMUN. E COMUNIC. - PARCELA ESTADUAL	00	01	675.200	0930
2462.01.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	07	09	2.929.800	0930
TOTAL				3.605.000	

REDUÇÃO RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO IV ANEXO				FL. 02 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR FONTE	VALOR	PROCESSO
2211.05.00	VENDA DE AÇÕES DO BANESTADO	47	01	3.605.000	0930
TOTAL				3.605.000	

SUPLEMENTAÇÃO DE OBRAS	ANEXO V ANEXO					FL. 03 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
3900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA					
3913	COORDENAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO - COPEN					
2254	ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO					
950	ESTADO					
0004	REALIZAR PROJETOS E OBRAS PARA O COMPLEXO PENITENCIÁRIO ESTADUAL	00	01	L	675.200	0930
		07	09	L	2.929.800	0930
TOTAL		TES.		L	3.605.000	

MENSAGEM Nº 041/2001

Curitiba, 12 de setembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor total de R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais), ao vigente orçamento do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA, vinculado à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, visando a abertura de Crédito Suplementar e criação do Programa de Obras para atender a construção da Casa Semiliberdade no município de Curitiba.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, no valor de R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica criado o Programa de Obras, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA	ANEXO I ANEXO À LEI						FL. 01 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC COP
5300	SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E ASSUNTOS DA FAMÍLIA						
5360	FUNDO ESTADUAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA						
1100	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	4411,51	31	01	L	95.000	0949
TOTAL						95.000	

CANCELAMENTO DE DESPESA	ANEXO II ANEXO A LEI						FL. 01 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC COP
5300	SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E ASSUNTOS DA FAMÍLIA						
5360	FUNDO ESTADUAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA						
1100	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	4790,42	31	01	L	95.000	0949
TOTAL						95.000	

CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE OBRAS	ANEXO III ANEXO A LEI					FL. 02 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
5300	SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E ASSUNTOS DA FAMÍLIA					
5360	FUNDO ESTADUAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA					
1100	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA					
280	CURITIBA					
0001	CONSTRUIR CASA SEMILIBERDADE FEMININA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA	31	01	L	95.000	0949
TOTAL		TES.		L	95.000	

REQUERIMENTO Nº 2887

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 262/2001, referente à Mensagem Governamental nº 020/2001, que institui a Agência Reguladora de Serviços de Energia e Saneamento do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2888

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 410/2001, referente à Mensagem Governamental nº 038/2001, que dispõe sobre a Remissão dos créditos tributários relativos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, lançados até

31 de julho de 2001, cujos valores atualizados, sejam iguais ou inferiores a R\$55,00 (cinquenta e cinco reais)

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2948

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 379/2001, referente à Mensagem Governamental nº 035/2001, que dispõe sobre Crédito Suplementar no valor de R\$2.059.500,00 para a Suderhsa.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2947

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia e a devolução à Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 407/2001, de autoria do senhor deputado Hermas

Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense das Empresas de Máquinas de Diversão Eletrônicas, com sede e foro no município de Maringá, por não cumprir o inciso I, do Art. 1º, da Lei nº 6994/78, que determina normas para declaração de Utilidade Pública.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 2966

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 215/2000, item 18, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2967

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 407/2001, item 17, da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2903

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 310/2001, de minha autoria, autorizando as panificadoras, confeitarias e empresas de panificação a utilizarem 5% de fécula de mandioca para mistura de massas e derivados.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 2929

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 388/2001, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2940

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER e solicita a Capela da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, às 17h00 do dia 18 de setembro de

2001, para a realização de um Culto Ecumênico pela Paz.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2946

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER nova prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Especial de Inquérito - CEI, constituída para investigar irregularidades na Sanepar, por mais 60 (sessenta) dias.

Justifica-se o presente requerimento na necessidade de mais tempo para que se concluam as investigações e se apresente o relatório final.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2895

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, notadamente com base no artigo 54, incisos XXVII e XXXIII da Constituição Estadual e artigos 97 e seguintes do Regimento Interno, e após ouvido o douto Plenário, vem mui respeitosamente expor e REQUERER o que se segue:

a) o Governo do Estado do Paraná, representado pelo secretário de Estado da Fazenda e presidente da Companhia de Energia -Copel, e representantes do consórcio que realizou a modelagem da Copel estiveram na tarde do dia 05 de setembro do corrente na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, com fim de protocolar o edital de privatização da empresa, contendo seu valor inicial de venda;

b) informações constantes de noticiário dão conta que a avaliação realizada estima o patrimônio da Copel em R\$10.587 bilhões (dez bilhões, quinhentos e oitenta e sete milhões de reais);

c) o montante pertencente ao Governo do Estado e ao BNDES-Par totaliza 45,06% do capital total da empresa, sendo 85% do capital votante. Esse montante representa, portanto, R\$4.324 bilhões (quatro bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões de reais);

d) especialistas e estudos indicam que o valor mínimo da companhia possivelmente se encontre subavaliado, e deveria estar estimado entre 20 e 25 bilhões de reais.

Desta forma, em homenagem aos basilares princípios da legalidade e da publicidade, bem como ao fato de que em nenhum momento foi dada ciência à Assembléia Legislativa sobre a referida avaliação, nem sobre os critérios adotados para a sua realização, requer a convocação do presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, Sr. Ingo Hübert, bem como de representantes do consórcio de empresas *advisers* que procederam à avalia-

ção da companhia, para prestarem informações sobre a Companhia Paranaense de Energia- Copel, bem como sobre sua avaliação, na data de 13 de setembro de 2001, à hora da Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2962

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, notadamente com base no artigo 54, incisos XXVII e XXXIII da Constituição Estadual e artigos 97 e seguintes do Regimento Interno, e após ouvido o douto Plenário, vem mui respeitosamente expor e REQUERER o que se segue:

a) o Governo do Estado do Paraná, representado pelo secretário de Estado da Fazenda e presidente da Companhia de Energia -Copel, e representantes do consórcio que realizou a modelagem da Copel estiveram na tarde do dia 05 de setembro do corrente na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, com fim de protocolar o edital de privatização da empresa, contendo seu valor inicial de venda;

b) informações constantes de noticiário dão conta que a avaliação realizada estima o patrimônio da Copel em R\$10.587 bilhões (dez bilhões, quinhentos e oitenta e sete milhões de reais);

c) o montante pertencente ao Governo do Estado e ao BNDES-Par totaliza 45,06% do capital total da empresa, sendo 85% do capital votante. Esse montante representa, portanto, R\$ 4.324 bilhões (quatro bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões de reais);

d) especialistas e estudos indicam que o valor mínimo da companhia possivelmente se encontre subavaliado, e deveria estar estimado entre 20 e 25 bilhões de reais.

Desta forma, em homenagem aos basilares princípios da legalidade e da publicidade, bem como ao fato de que em nenhum momento foi dada ciência à Assembléia Legislativa sobre a referida avaliação, nem sobre os critérios adotados para a sua realização, requer a convocação do presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, Sr. Ingo Hübert, bem como de representantes do consórcio de empresas *advisers* que procederam à avaliação da companhia, para prestarem informações sobre a Companhia Paranaense de Energia- Copel, bem como sobre sua avaliação, na data de 10 de setembro de 2001, à hora da Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa garantir o princípio da legalidade e publicidade, inerente aos atos administrativos, bem como o dever constitucional da Assembléia Legislativa em fiscalizar os atos do Poder Executivo, que devem ser transparentes. Posto que em nenhuma oportunidade o Governo do Estado do Paraná deu ciência a esta

Assembléia Legislativa sobre a avaliação desta que é a maior empresa estatal paranaense, a presente convocação abre espaço ao Governo para que faça, no foro competente que é a Assembléia Legislativa, a prestação de contas sobre o que se pretende alienar.

REQUERIMENTO Nº 2963

Senhor Presidente:

O deputado estadual que firma este requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, que sejam consignados nos Anais da Sessão de hoje, os cumprimentos desta Casa Legislativa à nova diretoria da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Marechal Cândido Rondon - Acimacar, cuja posse ocorreu na última sexta-feira, dia 14 de setembro, na cidade de Marechal Cândido Rondon.

A nova composição diretiva da referida entidade de classe se reveste de caráter muito especial, visto que depois de décadas de existência, a Acimacar será presidida por uma mulher, a empresária Úrsula Keyser, pessoa inteligente, capaz e determinada, cheia de idealismo e de vontade impulsionadora.

É na convicção de suas valorosas habilidades e virtudes que está a certeza do seu sucesso e dos demais integrantes da diretoria empossada, na tarefa de dar continuidade ao trabalho dirigido pelas diretorias anteriores - e não menos agregando ao conjunto dos resultados, já obtidos - o qual tornou a Acimacar um destaque em referência e um instrumento muito importante para fomentar a atividade econômica regional.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) ELIO LINO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2937

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família da senhora Terezinha do Nascimento, falecida no dia 13 de setembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2936

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Senhor Luiz Storini, falecido no dia 13 de setembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2939

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de profundo pesar, pelo falecimento do ex-deputado Ivan Santos Rüppel, ocorrido dia 14.09.2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.11.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 76 anos de idade, faleceu nesta Capital o ex-deputado Ivan Santos Rüppel que deixou os filhos: Ivan Júnior Severo Alexandre e Andréia.

Ivan Rüppel foi eleito deputado estadual pela ARENA, para a legislatura de 1975 a 1978. Foi terceiro secretário da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa.

O passamento de Ivan Santos Rüppel, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizade, dentre eles este parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveste uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que adorava, despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois, saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência, nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Descanse, pois, prezado amigo, na certeza de que deixou em cada habitante desta terra um admirador e um amigo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Rüppel endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2965

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor Ivan Morozov, que ocorreu no último dia 10 de setembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência à esposa, Rosane Boger Morozov e à filha Natália Morozov, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Rio de Janeiro, 892, CEP 85960-000, Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2894

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido

o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de votos de congratulações e aplausos à Coordenadoria Agropecuária União Ltda - COAGRU, pelos seus 26 anos de fundação, bem como seja encaminhado cópia desta proposição ao seu presidente, senhor Áureo Zamprônio.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 13 de setembro do corrente a Cooperativa Agropecuária União Ltda - COAGRU estará comemorando 26 anos de fundação, e merece o nosso reconhecimento pelo profícuo trabalho desenvolvido nestes anos de atividade, proporcionando progresso, desenvolvimento e riqueza à região do Vale do Piquiri.

Com sede em Ubatuba, e sob o comando do seu presidente, senhor Áureo Zamprônio, a Coagru é uma das maiores cooperativas da região e uma das mais importantes do Paraná, contando com aproximadamente 1700 associados e com entrepostos nos municípios de Anahy, Campina da Lagoa e Nova Cantu, sendo responsável pela industrialização, comercialização e armazenamento de grande parte da produção agrícola da região, gerando renda e benefícios aos cooperados, contribuindo também através da oferta de empregos diretos e indiretos, alavancando a economia e criando divisas, motivo que orgulha seus associados, e motivo que nos leva a consignar nos Anais deste Poder Legislativo os nossos cumprimentos e votos de aplausos.

REQUERIMENTO Nº 2911

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhada à diretoria da Faculdade União das Américas, voto de congratulações pelo início das atividades em Foz do Iguaçu.

Graças ao espírito empreendedor de dezenas de pessoas que acreditaram no potencial da cidade de Foz do Iguaçu e na sua vocação universitária, nasceu a Faculdade de União das Américas. A iniciativa, ousada, mostrou-se vitoriosa desde o princípio. A faculdade começou suas atividades com cinco cursos de graduação, que objetivaram os conceitos A e B do Ministério da Educação e Cultura (MEC), e se prepara para oferecer outros nove cursos no próximo ano.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, parabenizar a nova faculdade, através de sua diretoria geral, a professora Norma Viapiana Golfeto, e tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 2913

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pela celebração de bodas de ouro do casal Etelvino Biezu e Adele Mattia Biezu, a ser comemorado no dia 15 de setembro de 2001, na Capela Imaculada Conceição, comunidade Barra Grande, município de Itapejara d'Oeste.

Do aprovado, requer ainda, seja encaminhado o expediente ao casal Etelvino e Adele Biezu, no endereço: Comunidade Barra Grande, município de Itapejara d'Oeste-PR, CEP: 85.580-000.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Bodas significam fidelidade no amor mútuo, ternura e doação.

Há 50 anos começou esta bonita história de amor e de aliança, e no próximo dia 15 de setembro, na Capela Imaculada Conceição, Comunidade Barra Grande no município de Itapejara d'Oeste, será celebrada missa de Ação de Graças em comemoração às bodas de ouro do casal Etelvino Biezu e Adele Biezu.

Há 50 anos, eles jovens ainda, transbordantes de alegria e confiantes no futuro, depositaram no altar do Senhor as suas esperanças. Dessa união tiveram 6 filhos: Aliana Biezu, casada com Valdino Antoniazzi; Alcir Biezu, casado com Irene Chiapetti; Jairo Biezu, casado com Carmem Mazetto; Madalena Biezu, casada com Geraldo Daltora; Nair Biezu, casada com Almiro J. Martins; Gilmara Biezu, casada com Ozébio Nesi, 14 netos e 1 bisneto.

Ficamos todos felizes, familiares e amigos, em poder compartilhar dessa alegria, e desejar ao casal muita saúde e paz.

REQUERIMENTO Nº 2956

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, integrante da Bancada do PDT, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações ao Sr. Nelson Bissolotti - presidente do Rotary Clube do Rio Alegria, pela excelente organização da Festa da Picanha, realizada no dia 16 de setembro, no município de Medianeira.

Trata-se de importante evento, realizado para arrecadar fundos destinados em benefício da comunidade regional.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2958

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consul-

tado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos à Força Sindical do Paraná pela realização de seu 5º Congresso Estadual, no próximo dia 22, que terá por objetivo a consolidação da entidade com ampliação de sua representatividade e aprofundamento da democracia interna, bem como deliberação em torno das questões nacionais de empregabilidade, distribuição de renda, habitação, saúde, educação, desenvolvimento sustentável e crise energética.

Outrossim, requer comunicação do feito aos homenageados.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A Força Sindical já é, e desde bom tempo, uma das principais entidades representativas de trabalhadores em nosso País. Mais do que uma central que reúne sindicatos, federações e confederações de trabalhadores, a Força Sindical constitui-se em entidade preocupada nas grandes questões nacionais, como bem ilustra a pauta elaborada pela sua diretoria para este 5º Congresso Estadual, o que a coloca no centro dos debates de âmbito nacional, como tem sido, por exemplo, na questão do combate ao desemprego. E este encontro estadual da Força Sindical seguramente contribuirá para o debate de todas estas questões como profundidade e serenidade, sempre apontando para a melhoria das condições de vida e trabalho de nossos trabalhadores.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2959

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos à União das Associações de Empregados da Cidade Industrial de Curitiba, Região Metropolitana e do Estado do Paraná - UNAECIC, pela entrega, no próximo dia 21, da "Diplomação de Mérito Social a Profissionais da Imprensa e Entidades Classistas".

Outrossim, requer comunicação do feito aos homenageados.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Todas as iniciativas que levem ao conagraçamento e à solidariedade entre os profissionais da comunicação e os dirigentes de entidades de trabalhadores, devem merecer reconhecimento, apoio e tratamento distinto, pois visam a elevar o conceito destas categorias e seus profissionais. É destas iniciativas que nascem as atitudes coletivas e individuais que nos permitem construir uma sociedade mais justa e fraterna, fundada nos preceitos da solidariedade humana. O evento, patrocinado pela UNAECIC, sinaliza neste caminho, motivo pelo qual merece as congratulações desta Casa de Leis.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2960

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o duto Plenário, votos de congratulações e aplausos à Fundação Força Trabalhista do Paraná - Fotrapar, pela entrega, no próximo dia 21, da “Diplomação de Mérito Social a Profissionais da Imprensa e Entidades Classistas”.

Outrossim, requer comunicação do feito aos homenageados.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Todas as iniciativas que levem ao conagraçamento e à solidariedade entre os profissionais da comunicação e os dirigentes de entidades de trabalhadores, devem merecer reconhecimento, apoio e tratamento distinto, pois visam a elevar o conceito destas categorias e seus profissionais. É destas iniciativas que nascem as atitudes coletivas e individuais que nos permitem construir uma sociedade mais justa e fraterna, fundada nos preceitos da solidariedade humana. O evento, patrocinado pela Fotrapar, sinaliza neste caminho, motivo pelo qual merece as congratulações desta Casa de Leis.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2890

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, inserção nas Atas dos trabalhos de votos de louvor à Empresa Placas do Paraná S/A, pelo recebimento do Prêmio Mérito Ambiental 2000.

A Revista Prêmio Paraná 2001 divulgada pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Humanos, pelo Instituto Ambiental do Paraná, e pela Suderhsa - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental e pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, confirma a seriedade que o setor produtivo e a sociedade paranaense vêm dando às questões ambientais, através da concessão do prêmio Mérito Ambiental 2000. Na categoria “Gerenciamento de Resíduos Sólidos Industriais” (ano 1998) foi premiado o trabalho “Meio Ambiente - Uma questão de consciência” elaborado pela técnica Edielma do Rocio Chipanski da empresa Placas do Paraná S/A. Sendo assim, a empresa Placas do Paraná S/A e sua técnica merecem nosso reconhecimento pela importância que dá às questões ambientais.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua Roberto Hauer, 160, Vila Hauer. CEP: 81.610-180 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2954

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações aos Srs. Artur Sawatzki, diretor-presidente da Cooperativa Mista Agropecuária Witmar Ltda, extensivos aos demais membros da diretoria, familiares, associados e ao povo em geral, pela passagem do Jubileu dos 50 anos, de colonização, ocorrido nos dias 14, 15 e 16 de setembro do corrente ano, na Colônia Witmarsum de Palmeira.

Outrossim, requer seja dado ciência deste, ao homenageado no endereço: BR. 277 - Km 154 - Colônia Witmarsum - Palmeira-PR - CEP: 84.130-000.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O senhor Artur Sawatzki, diretor-presidente da Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda., com o apoio total dos demais membros da diretoria, programou e realizou, nos dias 14, 15 e 16 do mês de setembro do corrente ano, evento comemorativo do Jubileu de Ouro, alusivos aos 50 anos de colonização da Colônia de Witmarsum, do município de Palmeira.

Conforme extensa programação, foi realizada a abertura deste evento no dia 14/09/2001, com a presença de várias autoridades e convidados ilustres, que abrilhantaram as festividades programadas pelo senhor presidente e demais membros da diretoria da Cooperativa da Colônia Witmarsum.

Desde a chegada nos campos de Palmeira, dos colonos vindos do Estado de Santa Catarina, mais precisamente da Colônia Witmarsum, no Vale do Itajaí, os campos gerais daquele município mudaram suas características de campo improdutivo para a atual colônia super produtiva e que tanto orgulha seus moradores e proprietários, chegando a comemorar nesta data o seu Jubileu de Ouro de sua chegada, enchendo de orgulho, não só ao município de Palmeira, mas a todo o Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2955

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações ao Sr. Ewald Warkentin, presidente da Associação Comunitária dos Moradores de Witmarsum, pela realização da XVIII EXPOVIT - Exposição de Gado Holandês de Witmarsum, extensivos aos demais membros da diretoria, familiares, associados e ao povo em geral, ocorrido nos dias 14, 15 e 16 de setembro do corrente ano, na Colônia Witmarsum de Palmeira.

Outrossim, requer seja dado ciência deste, ao homenageado no endereço: BR. 277 - Km 154 - Colônia Witmarsum - Palmeira-PR - CEP: 84.130-000.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O senhor Ewald Warkentin, presidente da Associação Comunitária dos Moradores de Witmarsum, com o apoio total dos demais membros da diretoria, programou e realizou, nos dias 14, 15 e 16 do mês de setembro do corrente ano, a XVIII EXPOVIT - Exposição de Gado Holandês, da Colônia de Witmarsum, do município de Palmeira.

Conforme extensa programação, foi realizada a abertura deste evento no dia 14/09/2001, com a presença de várias autoridades e convidados ilustres, que abrilhantaram as festividades programadas pelo senhor presidente e demais membros da diretoria da Associação Comunitária dos Moradores da Colônia Witmarsum.

Desde a chegada nos campos de Palmeira, dos colonos vindos do Estado de Santa Catarina, mais precisamente da Colônia Witmarsum, no Vale do Itajaí, imediatamente começaram a criar gado holandês de primeira linha, tanto na produção de leite, como na de carne, que tanto orgulha seus criadores e proprietários, hoje comemorando a XVIII EXPOVIT, com absoluto sucesso.

REQUERIMENTO Nº 2928

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados às S. Exas. o Sr. Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner e o Sr. Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Turismo, Eduardo Sciarra, o pedidos para a inclusão do Projeto Costa Norte na primeira fase de liberação de recursos do Prodetur-Sul.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A região Norte do Paraná possui um grande potencial turístico que precisa ser explorado e desenvolvido.

O Governo do Paraná lançou o Projeto Costa Norte para o desenvolvimento do turismo na região, porém pouca coisa foi feita para a sua implantação, inclusive, a falta de recursos financeiros.

Surge, agora, uma grande oportunidade com o Prodetur-Sul. É preciso contemplar a região com esses recursos, especialmente os municípios de Alvorada do Sul, Florestópolis, Ibiporã, Jataizinho, Leopólis, Porecatu, Primeiro de Maio, Rancho Alegre, Santa Mariana, Sertaneja e Sertanópolis, que foram atingidos pela represa de Capivara onde diversas iniciativas de empresários estão sendo desenvolvidas para a implantação de belíssimos projetos turísticos e de preservação ambiental que carecem de recursos públicos para a sua consecução.

É preciso destacar também que as cidades precisam ser preparadas para o turismo. Há obras de infraestrutura inadiáveis que somente como apoio do Estado podem prosperar.

Por tais razões, esperamos o apoio dos nobres pares desta Casa, para sua aprovação e que o Governo do Estado do Paraná destine parte dos recursos do Prodetur-Sul para atender aquela importante parte do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2923

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a V. Exa. o encaminhamento, ao Sr. secretário de Estado da Segurança Pública José Tavares, o seguinte pedido de informações.

Conforme noticiado fartamente pela imprensa estadual, o sistema de policiamento com motonetas está sendo desativado em razão dos veículos se mostrarem frágeis e inadequados para o tipo de ações em que vinham sendo utilizados, além do que, os custos de manutenção são muito altos. Ainda, o Cel. Foltran, comandante da PMPR, admitiu que “o planejamento inicial para o seu uso foi distorcido”. O governo do Estado investiu R\$1,3 milhão na compra de 338 motonetas de fabricação coreana em março do ano passado. Um ano e meio depois, 91 motonetas estão paradas.

Pergunta-se:

1 - Houve um planejamento para utilizar as motonetas no serviço de segurança pública? Se houve, encaminhamento cópia do mesmo.

2 - A quem coube a decisão do planejamento (se houve), dentro da Polícia Militar do Estado, para o uso desse tipo de veículos no policiamento ostensivo (perseguição, etc.)?

3 - A quem coube a responsabilidade da decisão pela compra das motonetas?

4 - A compra foi precedida de licitação? Quais as empresas participantes e propostas?

5 - Considerando-se as declarações do PMPR, de que “os veículos se mostraram frágeis e inadequados para determinados tipos de operação”, qual o destino previsto para as motonetas ainda em condições de uso? E para as demais?

6 - Durante o período de uso das motonetas, houve registro de acidentes, com prejuízos material e humano? Se houve, relacionar os mesmos.

7 - Entidade representativa dos policiais militares declarou à imprensa ter denunciado, antes da implantação do sistema, que “esse tipo de veículo não serve para o policiamento”, por ser inadequado e por trazer riscos à segurança do policial. Pergunta-se: a Secretaria de Segurança e a PMPR, não levaram em consideração esse dado, quando da decisão para compra das motonetas?

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2931

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja solicitado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP que se respeite a autonomia municipal na concessão de licenças ambientais.

Requer, ainda, que os órgãos acima citados revejam todas as arbitrariedades cometidas na suspensão de licenças ambientais no âmbito da região da Represa Capivari, no Norte do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado do Paraná lançou o Projeto Costa Norte para o desenvolvimento do turismo ao longo das represas construídas no Rio Paranapanema, na divisa com o Estado de São Paulo.

Inúmeros projetos de iniciativa particular vêm sendo desenvolvidos para a exploração do turismo. Tais projetos precisam de apoio financeiro do setor público, mas precisam, também, do bom senso dos órgãos governamentais nas relações com os empreendimentos para as licenças ambientais.

Face ao exposto, esperamos apoio dos demais pares desta Casa.

REQUERIMENTO Nº 2889

Senhor Presidente:

O deputado que presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER seja enviado ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conselheiro Rafael Iatauro, expediente solicitando cópia dos relatórios acerca das obras inacabadas no Estado do Paraná, conforme trabalho realizado por aquele Órgão e, especificado, ainda entre outros:

- a) obra inacabada, identificação e localização;
- b) fonte dos recursos e custo da obra até o estágio atual;
- c) valores ainda necessários para conclusão;
- d) empresa construtora, indicar o resultado licitatório, se houver;
- e) percentual de obra construída face ao projeto;
- f) responsabilidade, se houver, do estado atual da obra.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2891

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Exmo. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. José Tavares da Silva Neto, solicitando o reinício imediato das obras de

Penitenciárias, Regime de Semi-Aberto, de Maringá, que se encontra paralisada.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 2892

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, senhor José Tavares, solicitando informações mais detalhadas sobre os custos da operação de transferência dos detentos da Penitenciária Central do Estado para outros presídios, realizada no dia 12 de junho passado.

Através do Ofício nº 1512/2001-DG, o diretor geral da Secretaria de Segurança Pública, senhor Roberto Lobo Blasi, respondeu a requerimento anteriormente encaminhado, porém de maneira, insatisfatória, porque naquela oportunidade perguntamos sobre “os custos da operação” e se tal operação havia sido realizada “com ônus para o Estado do Paraná”, mas a resposta apenas refere-se a “despesa com combustível no valor de R\$945,93” e “despesas de ressarcimento no valor de R\$3.308,84”.

Neste sentido, queremos saber o seguinte: o montante da despesa despendida pelo Estado do Paraná, a que se refere o ressarcimento de R\$3.308,84 (trê mil, trezentos e oito reais e oitenta e quatro centavos) e a quem foi efetuado tal repasse.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2904

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário o envio de expediente à Sra. Denise Basgal diretora-presidente da FUNDEPAR, encaminhando a solicitação para a liberação com a máxima urgência de carteiras escolares, armários e móveis de escritório para atender a Assistência Betel, uma entidade que atende a 206 crianças carentes no município de Sarandi.

Requer ainda, que após deliberação do soberano Plenário, se dê ciência ao Sr. Donizete Ferreira de Araújo, presidente da entidade através de correspondência a ser encaminhada à Rua Carlos Gomes, 933 - CEP 86.985-000 Sarandi-PR.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 2905

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário o envio de expediente à Sra. Alcyone Saliba secretária de Estado da Educação, encaminhando a

solicitação da Escola Municipal Tancredo Neves - Educação Infantil e Ensino Fundamental do município de Doutor Camargo, que solicita com a máxima urgência a liberação de um microcomputador para melhor atender o desenvolvimento didático e pedagógico dos alunos da referida escola.

Requer ainda, que após deliberação do soberano Plenário, se dê ciência a Sra. Ivone Corá Leão, diretora da escola, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Colômbia, 145 - CEP 87.155-000 Doutor Camargo-PR.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 2906

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Sr. Armando Raggio Secretário de Estado da Saúde, encaminhando a solicitação da Câmara Municipal de Iporã, que solicita com a máxima urgência a liberação dos seguintes equipamentos: um eletrocardiograma, um carrinho de anestesia, um oxímetro, um foco cirúrgico e um monitor cardíaco para o Hospital São Lucas que atende a aproximadamente três mil pessoas/mês naquela município.

Requer ainda, que após deliberação do soberano Plenário, se dê ciência ao Vereador Sérgio Valentin Vacari, Presidente da Câmara Municipal, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Pedro Álvares Cabral, 2.707 - CEP 87.560-000 Iporã-PR.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 2907

Senhor Presidente:

A deputada, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. secretário de Estado dos Transportes, solicitando que determine, em caráter de urgência, a execução de obras de recuperação da pavimentação da Rodovia PR-218, trecho que liga os municípios de Iguaçu a Astorga.

A pavimentação asfáltica dessa rodovia encontra-se em precárias condições, não oferecendo as mínimas condições de segurança aos usuários.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos prefeitos e Câmara de Vereadores dos municípios de Astorga e Iguaçu.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 2914

Senhor Presidente:

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governador Jaime

Lerner e ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, José Tavares da Silva Neto, solicitando mais uma vez uma atenção especial a Ponta Grossa e região dos Campos Gerais, no que diz respeito à Segurança Pública.

De acordo com resposta enviada a este gabinete em 09 de julho deste, informou-se através do Ofício 1274/01-DG-SESP, que encontrava-se em tramitação processo licitatório para a aquisição de novos veículos, através de convênio entre a Sesp/Ministério da Justiça. Em 09 de agosto, apresentei um novo requerimento solicitando que Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais fosse agraciada com uma parcela do valor de R\$18 milhões de reais) liberado pelo Ministério da Justiça, através do convênio acima citado.

Em 05 de setembro, foram entregues para vários municípios do Estado, 199 viaturas, sendo 64 para a Polícia Militar e 135 para a Polícia Civil, mas Ponta Grossa e região, novamente não foram agraciadas com os veículos, no que diz respeito ao assunto, mas infelizmente o que recebemos de resposta por parte do Governo do Estado, é da não possibilidade de atendimento no momento.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2915

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao diretor regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-EBCT do Paraná, Sr. Ilves Ribas Calda Júnior, solicitando informações detalhadas sobre os índices de reajustes praticados pela referida empresa nos últimos três anos, nos preços dos serviços por ela prestados, bem como especificações da legislação que autorizou os referidos reajustes.

Justifica-se tal solicitação para que esta Casa Legislativa tenha conhecimento da elevação nos preços dos serviços prestados pela EBCT, bem como para que possa atuar junto aos órgãos competentes no sentido de corrigir os abusivos aumentos praticados, tornando caríssimos os imprescindíveis serviços de utilidade pública prestados, de grande necessidade para toda população paranaense.

Finalmente, requer seja encaminhado o presente requerimento ao diretor regional da EBCT do Paraná, Sr. Ilves Ribas Calda Júnior, através de correspondência a ser encaminhada à Rua João Negrão, 1251 - Bloco 1 - 4º andar - CEP 80.002.900 - Curitiba-Paraná.

Nestes termos pede e espera deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala as Sessões, em 17.09.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2922

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. José Tavares, Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que sejam tomadas as providências necessárias para o real funcionamento da Patrulha Rural no município de Clevelândia, e assim evitando-se o aumento de roubos às propriedades rurais.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Clevelândia, através de requerimento formulado pelo vereador Sérgio Galina, solicita junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública, o funcionamento da Patrulha Rural no interior daquele município, tendo em vista o aumento de roubos nas propriedades rurais, cujos proprietários estão preocupados com a falta de segurança.

A benfeitoria iniciativa da Câmara de Vereadores de Clevelândia, colabora para dissipar um dos maiores problemas que enfrentamos diariamente - e não somente em Clevelândia, mas, infelizmente, em todo o Brasil, que é o problema de roubos.

Não pode, é evidente, ficar como uma solitária iniciativa do vereador Sérgio Galina, perdida em meio às demais solicitações sobre o assunto.

A missão cabe a todos os cidadãos. É preciso que se compreenda a importância de cumprir espontaneamente os pedidos angustiantes da sociedade e abandonar o vício maroto do recurso pelo recurso.

Neste momento importante não podemos deixar de mencionar a preocupação aflitiva dos agricultores e da comunidade em geral. Por esta razão, estamos certos que o Exmo. Sr. José Tavares, secretário de Estado da Segurança Pública dará solução rápida.

REQUERIMENTO Nº 2933

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Ingo Henrique Hubert, secretário de Estado da Fazenda, solicitando a relação de empresas beneficiadas pela Lei nº 13.212/2001 - que alterou a legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e os respectivos valores de benefícios concedidos no último trimestre.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2935

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Jaime Lerner, governador do Estado, encaminhando ofício da Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares

Ativos, Inativos e Pensionistas - Amai, que solicita o envio de mensagem do Poder Executivo a esta augusta Casa de Leis, revogando o disposto no inciso V do artigo 1º da Lei nº 7.732, de 07.10.83, visando garantir aos subtenentes o direito de acesso ao Quadro de Oficiais da Administração.

Requer ainda, que se dê ciência ao Cel. Elizeu Ferraz Furquim, presidente da Amai, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Presidente Getúlio Vargas, 650 - CEP 85230-030 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.09.2001,

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2938

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados expedientes ao Exmo. Sr. Dr. Jaime Lerner, DD. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Dr. Eduardo Francisco Sciarra, DD. Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, solicitando sejam viabilizadas com a máxima urgência, as providências objetivando normalizar a situação do município de Matinhos, que teve suas praias e balneários praticamente destruídas pela forte ressaca ocorrida no início de maio do corrente ano.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Formulamos o presente requerimento, atendendo apelo do prefeito municipal de Matinhos, preocupado com a demora na solução dos problemas criados com a ressaca ocorrida naquele município em maio próximo passado, em razão da proximidade da nova temporada.

Como se pode observar da cópia inclusa, firmada pelo Chefe do Executivo daquele município, quando da ocorrência das ressacas, o próprio governador visitou os locais atingidos, inclusive anunciando medidas imediatas, mas, até o momento, nenhuma providência foi efetivada.

REQUERIMENTO Nº 2957

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, o envio de expediente à Confederação Brasileira de Futebol - CNF, e à Federação Paranaense de Futebol, solicitando que seja confirmada a realização do jogo Brasil X Chile, pelas eliminatórias da Copa do Mundo em 2002, no dia 07 de outubro no estádio Couto Pereira, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(aa) ALGACI TULIO, RICARDO CHAB, WALDYR PUGLIESI, RICARDO MAIA, NELSON GARCIA, CARLOS SIMÕES, LUIZ CARLOS ZUK, RENATO GAÚCHO, LUCIANA RAFAGNIN, PASTOR EDSON PRCHACZYK e MARCOS ISFER.

JUSTIFICATIVA:

Foi notícia em todos os jornais deste final de semana, a possibilidade de não ser realizado nesta Capital o jogo Brasil x Chile pelas eliminatórias da Copa do Mundo de 2002. A Confederação Brasileira de Futebol - CBF, que há dois meses atrás assumiu o compromisso de realizar a partida em Curitiba, agora ameaça a voltar atrás, pois diversas outras capitais do País candidataram-se para sediar a partida: Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Maceió e São Luiz.

O Estado do Paraná, ante a decisão da Confederação pôs-se a trabalhar em prol do evento. A partir do compromisso assumido pelo Presidente da CBF - Ricardo Teixeira, o Estádio Couto Pereira, - onde deverá ser realizada a partida, passou por uma série de mudanças, atendendo exigências da própria CBF. O Curitiba Futebol Clube, segundo seu presidente, Francisco Araújo, investiu mais de R\$400.000,00 (Quatrocentos mil reais) nas seguintes obras:

- reforma dos túneis;
 - remodelação e ampliação das salas de imprensa;
 - reforma da sala de antidoping;
 - entradas isoladas para receber as delegações;
 - reformulação de todos os camarotes, sendo dois novos camarotes vip's com atendimento diferenciado;
 - modificação do fosso ao redor de todo o gramado;
 - elevador para as cabines de imprensa e cadeiras.
- Além disso, o técnico da Seleção Brasileira de Futebol - Luiz Felipe Scolari também defende a realização da partida aqui em Curitiba, pois teve ótima impressão da nossa cidade e de sua estruturação. Durante o mês passado, a Seleção Brasileira passou 10 dias treinando no Centro de Treinamento do Clube Atlético Paranaense e o técnico destacou por diversas vezes a excelente estrutura à disposição da delegação brasileira.

Desta forma, não podemos ficar alheios a essa mudança de planos. Como representantes do povo paranaense e diante do já exposto, encarecemos à CBF - na pessoa do seu presidente, Ricardo Teixeira, e à Federação Paranaense de Futebol - na pessoa de seu presidente, Onaireves Moura, que o compromisso assumido seja cumprido e que seja confirmada a realização da partida de futebol Brasil x Chile, marcada para o dia 07 de outubro próximo, nesta Capital.

REQUERIMENTO Nº 2893

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Assembleia Legislativa do Paraná, a coluna do professor Ciro Damke, publicada na revista Região, de Marechal Cândido Rondon, referente ao mês de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado e ao diretor da revista, senhor Luis Carlos Diesel, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Tiradentes, 635, CEP 85960-000, Marechal Cândido Rondon - PR.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2910

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Assembleia Legislativa do Estado do item de abertura do Relatório Anual da Copel 2000 - Relatório de Gestão, denominado "Uma Palavra do Presidente", proferido pelo Dr. Ingo Henrique Hübert - diretor presidente da Copel.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2934

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis do editorial de Léo de Almeida Neves, publicado no jornal O Estado do Paraná, na página 5, em 15.08.2001.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projeto de Resolução:**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27/2001**

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica criado o Centro de Documentação e Informação da Assembleia Legislativa que terá por objetivos fundamentais:

"a) aprimorar e manter permanentemente atualizado o home page da Assembleia dando-lhe caráter de instrumento de transparência e democratização das informações gerais em torno do legislativo, inclusive com a divulgação de informativo diário "Assembleia Online";

b) democratizar o acesso à informação dos atos internos e externos inclusive com veiculação de pautas de votação e eventos na home page da Assembleia;

c) ampliação e modernização da biblioteca da Assembleia Legislativa;

d) reconstituição do acervo da memória legislativa e histórica do Paraná com disponibilização em rede interna e externa;

e) fomentar o relacionamento da Assembleia Legislativa com a comunidade e especialmente, com a mídia, tendo em vista a divulgação dos trabalhos legislativos e eventos realizados na Casa".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em 17.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Esperamos contar com o apoio de nossos ilustres pares na Casa para a aprovação do presente projeto de resolução, pelas razões seguintes:

1 - visa a modernização e a aproximação da Assembléia Legislativa com a comunidade;

2 - cria mecanismos que facilitarão a divulgação dos atos e eventos legislativos;

3 - dá maior transparência ao Poder Legislativo;

4 - segue a trilha da atual direção da Casa, no sentido de modernizá-la e aproximá-la da comunidade.

As Assembléias Legislativas dos principais Estados brasileiros, vêm desenvolvendo home pages no sentido de divulgar suas atividades legislativas e eventos (inclusive com divulgação de imagens, áudio de discursos parlamentares, tramitação de projetos, a exemplo do site da Assembléia do Estado de São Paulo). A presente proposição caminha nessa direção, com um pouco mais de amplitude.

A concretização do que ora se propõe representará um investimento que, cedo ou tarde, inevitavelmente, terá de ser feito.

A sua realização poderá ser uma das marcas do cunho modernizador que a atual administração, louvavelmente, vem imprimindo.

A modernização neste sentido, mais do que uma necessidade, é um imperativo dos novos tempos.

A aprovação deste projeto representará um passo decisivo em direção à modernidade.

Ao aprová-lo estaremos vislumbrando o futuro.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 442/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescido parágrafo único ao artigo 2º da Lei nº 12.355 de 08 de dezembro de 1998, com a seguinte redação:

“Art. 2º - ...

Parágrafo Único - A Copel e cada uma das sociedades resultantes de sua reestruturação societária, bem como seus sucessores, contribuirão mensalmente com 0,5% (meio por cento) do seu respectivo faturamento, em moeda corrente, sob a forma não reembolsável e sem utilização de créditos de qualquer natureza, com o Instituto Tecnológico do Laboratório Central de Pesquisa e Desenvolvimento - LACTEC, o qual utilizará as contribuições para capacitação e inovação tecnológica; pesquisa e desenvolvimento; implantação e operação de empreendimentos de base tecnológica.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Ao longo de sua história a Companhia Paranaense de Energia - Copel, tem realizado significativos investimentos em prol da capacitação tecnológica do Estado do Paraná. Um dos exemplos importantes é o Laboratório Central de Pesquisa e Desenvolvimento - LAC, instalado no Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

As operações de capacitação e aplicação dos recursos do LAC, são realizadas através do Instituto Tecnológico do Laboratório Central de Pesquisa e Desenvolvimento - LACTEC, o qual, juntamente com a Copel, também é responsável pela implantação e operação do Centro Tecnológico Industrial do Sudoeste Paranaense - CETIS, localizado em Pato Branco.

Com quase vinte anos de experiência, com uma infra-estrutura de última geração e com seus profissionais altamente qualificados, representando a maior concentração paranaense de doutores e mestres atuantes junto ao setor produtivo, o LAC é atualmente considerado um dos melhores centros tecnológicos da América Latina. É conhecido como instituição de excelência do setor elétrico brasileiro e constitui-se num modelo de referência nacional no campo das relações universidade - empresa, sendo um verdadeiro motivo de orgulho para o Paraná.

Na privatização dos setores de telecomunicações elétricas, o Governo Federal tem exigido que as empresas concessionárias invistam em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Porém, ainda não exige que tais investimentos sejam realizados no País ou mesmo nas instituições brasileiras já estruturadas para tal.

Dentro do contexto atual e sem os históricos investimentos da Copel, são produzidas as perspectivas de manutenção e desenvolvimento da capacitação tecnológica paranaense. Além disso, o comportamento dos futuros controladores da Copel e de suas empresas sucessoras, é grande e verdadeira incógnita.

É necessário garantir que os recursos geradores pela exploração dos recursos naturais e pela atuação no mercado paranaense de energia elétrica, sejam revertidos de forma privilegiada para o Paraná.

É necessário manter no Paraná, os investimentos que a Copel ao longo de décadas tem feito em tecnologia, de forma que os recursos aqui gerados não sejam transferidos para instituições de outros Estados e até, como já se tem observado no processo de privatização brasileiro, transferido para o exterior, gerando empregos e capacitação em outros Países.

A manutenção de uma capacitação científica e tecnológica, particularmente na área de energia, é estrategicamente importante para a promoção do desenvolvimento social, econômico e tecnológico. Através da capacitação tecnológica é possível de forma justa

e econômica, atrair e manter empresas, gerar empregos qualificados, preservar o meio ambiente e melhorar o acesso da população aos serviços de energia elétrica, indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida.

Portanto, dentro do espírito de atendimento dos legítimos e profundos interesses públicos do Estado do Paraná, visando aprimorar a referida lei, propomos algumas modificações consolidadas na forma do presente projeto.

Assim, se propõe a destinação ao LACTEC de 0,5% (meio por cento) da receita bruta da Copel e das empresas sucessoras da mesma para aplicação em capacitação e inovação tecnológica; pesquisa e desenvolvimento; implantação e operação de empreendimentos de base tecnológica.

O LACTEC, cumpre destacar, uma sociedade civil, sem fins lucrativos, tem por objetivo fornecer serviços, produtos e soluções científicas e tecnológicas que contribuam para o desenvolvimento do setor produtivo, visando o progresso e bem-estar da sociedade brasileira. Além da UFPR e da Copel, o LACTEC possui como associados a Associação Comercial do Paraná - ACP, o Instituto de Engenharia do Paraná - IEP e a Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP.

Assim posto e justificado, pedimos o devido apoio aos nobres colegas parlamentares para conclusão do presente projeto.

DIRETORIA LEGISLATIVA

Em referência ao projeto de lei apresentado na Sessão Plenária do dia 14 de agosto, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que altera a Lei nº 12.355, acrescentando parágrafo único do artigo 2º da lei, temos a informar:

Da não existência de projeto de lei que trate da mesma matéria.

Diretoria Legislativa, em 05.07.2001.

(a) SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR

Diretor Legislativo

PROJETO DE LEI Nº 443/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Nas localidades que não dispõem de agências Banestado-Itaú o pagamento dos servidores estaduais far-se-á em agência de outros bancos situadas na localidade de trabalho do servidor, se ativo, ou na localidade da residência, se inativo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Tenho recebido reclamações de servidores no sentido, de que seus pagamentos são feitos em agências Banestado-Itaú de outras localidades que não aquelas em que residem ou exercem suas funções.

O presente projeto visa corrigir tais distorções e reparar esse grave equívoco que oneram servidores que, para receberem seus vencimentos ou proventos, arcam com dispêndio de recursos e tempo, no deslocamento para outras localidades.

PROJETO DE LEI Nº 444/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Das Disposições e dos Conceitos Gerais

Art. 1º - Ficam estabelecidos Padrões de Qualidade do Ar e Padrões para Emissão de Poluentes Atmosféricos, no território do Estado do Paraná, conforme dispõe a Lei Estadual nº 7.109 de 17 de janeiro de 1979.

Art. 2º - Considera-se poluição atmosférica, qualquer forma de matéria ou energia com intensidade e em quantidade, concentração, tempo ou características em desacordo com os níveis estabelecidos, e que tornem ou possam tornar o ar:

I - impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde.;

II - inconveniente ao bem-estar público;

III - danoso aos materiais, patrimônio histórico e cultural, à fauna e à flora;

IV - prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade e às atividades normais da comunidade.

Art. 3º - Para os efeitos desta lei ficam estabelecidos os seguintes conceitos:

I - São padrões de qualidade do ar as concentrações de poluentes que, ultrapassadas, poderão afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos à flora e à fauna, aos materiais e ao meio ambiente, sendo classificados como:

a) Padrões Primários de Qualidade do Ar: são as concentrações de poluentes que, ultrapassadas, poderão afetar a saúde da população.

b) Padrões Secundários de Qualidade do Ar: são as concentrações de poluentes abaixo das quais se prevê o mínimo efeito adverso sobre o bem-estar da população, assim como o mínimo dano à fauna, à flora, aos materiais e ao meio ambiente em geral.

II - São emissões por fontes estacionárias, todas as formas de lançamento de efluentes oriundos de queima de combustíveis sólidos, líquidos ou gasosos lançados na atmosfera através de uma fonte fixa.

Capítulo II

Dos Padrões de Qualidade do Ar

Seção I

Dos Padrões de Qualidade

Art. 4º - Ficam estabelecidos para o território do Estado do Paraná, os seguintes Padrões de Qualidade do Ar:

I - para partículas em suspensão (MP10)

MP10 - material particulado com diâmetro aerodinâmico inferior a 10mg/m³, (micrômetros)

a) Padrão Primário

a1) 30 (trinta) microgramas por metro cúbico (mg/m³), ou valor inferior concentração média geométrica anual; ou

a2) 50 (cinquenta) microgramas por metro cúbico (mg/m³), ou valor inferior concentração média de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, não podendo ser ultrapassada mais de uma vez por ano.

b) Padrão Secundário

b1) 12 (doze) microgramas por metro cúbico (mg/m³), ou valor inferior concentração média geométrica anual; ou

b2) 20 (vinte) microgramas por metro cúbico (mg/m³), ou valor inferior concentração média de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, não podendo ser ultrapassada mais de uma vez por ano.

II - para dióxido de enxofre:

a) 80 (oitenta) microgramas por metro cúbico (mg/m³), ou valor inferior concentração média aritmética anual; ou

b) 365 (trezentos e sessenta e cinco) microgramas por metro cúbico (mg/m³), ou valor inferior concentração média de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, não podendo ser ultrapassada mais de uma vez por ano.

III - para monóxido de carbono:

a) 10.000 (dez mil) microgramas por metro cúbico (mg/m³), ou 09 (nove) partes por milhão (ppm) ou valor inferior - concentração da máxima média de 08 (oito) horas consecutivas, não podendo ser ultrapassada mais de uma vez por ano; ou

b) 40.000 (quarenta mil) microgramas por metro cúbico (mg/m³), ou 35 partes por milhão (ppm) ou valor inferior concentração média de 1 (uma) hora, não podendo ser ultrapassada mais de uma vez por ano.

IV - para oxidante fórmicos: 160 (cento e sessenta) microgramas por metro cúbico (mg/m³), ou valor inferior concentração da máxima média de 1 (uma) hora, não podendo ser ultrapassada mais de uma vez por ano.

V - para ozônio:

a) Padrão Primário - 100 (cem) microgramas por metro cúbico (mg/m³), ou valor inferior - concentração média de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, não podendo ser ultrapassada mais de uma vez por ano; ou

b) Padrão Secundário - 100 (cem) microgramas por metro cúbico (mg/m³), ou valor inferior - concentração média de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, não podendo ser ultrapassada mais de uma vez por ano.

VI - para dióxido de nitrogênio:

a1) Padrão Primário - 100 (cem) microgramas por metro cúbico (mg/m³), ou valor inferior - concentração média geométrica anual; ou

a2) 200 (duzentas) microgramas por metro cúbico (mg/m³), ou valor inferior - concentração média de 24

(vinte e quatro) horas consecutivas, não podendo ser ultrapassada mais de uma vez por ano.

b) Padrão Secundário

b1) 29 (vinte e nove) microgramas por metro cúbico (mg/m³), ou valor inferior - concentração média geométrica anual; ou

b2) 190 (cento e noventa) microgramas por metro cúbico (mg/m³), ou valor inferior concentração média de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, não podendo ser ultrapassada mais de uma vez por ano.

§ 1º - todas as medidas devem ser corrigidas para a temperatura de 25°C (vinte e cinco graus Celsius) e pressão de 760 (setecentos e sessenta milímetros) de coluna de mercúrio.

§ 2º - Para a determinação de concentrações das diferentes formas de matéria, objetivando compará-las com os Padrões de Qualidade do Ar, deverão ser utilizados os métodos de análises e amostragem definidos nesta Lei ou normas dela decorrentes, bem como Estações Medidoras localizadas adequadamente, de acordo com critérios do órgão Ambiental Estadual.

§ 3º - A frequência de amostragem deverá ser efetuada no mínimo por um período de 24 (vinte e quatro) horas a cada 6 (seis) dias, para o dióxido de enxofre e partículas em suspensão, e continuamente para monóxido de carbono e oxidantes fotoquímicos.

Art. 5º - Para os fins do parágrafo 2º do artigo 4º, ficam estabelecidos os seguintes métodos:

I - para partículas em suspensão: Método de Amostrador de Grandes Volumes ou equivalente;

II - para dióxido de enxofre: Método de Pararosanilina ou equivalente;

III - para monóxido de carbono: Método de Absorção de Radiação Infravermelho não Dispersivo, ou equivalente;

IV - para oxidantes fotoquímicos (como Ozônio) Método da Luminescência Química, ou equivalente.

Parágrafo Único - Consideram-se Métodos Equivalentes todos os Métodos de Amostragem de Análise que, testado pelo Órgão Ambiental Estadual, forneçam respostas equivalentes aos métodos de referência especificados nos Anexos desta Lei, no que tange às características de confiabilidade, especificidade, precisão, exatidão, sensibilidade, tempo de resposta, desvio de zero, desvio de calibração, e de outras características consideráveis ou convenientes, a critério do Órgão Ambiental Estadual.

Seção II

Dos Padrões de Emissão para Fontes Estacionárias

Art. 6º - Fica proibida a emissão de fumaça, por parte de fontes estacionárias, com densidade colorimétrica superior ao Padrão I da Escola de Ringelmann, salvo por:

I - um único período de 15 (quinze) minutos por dia, para operação de aquecimento de fornalha;

II - um período de 3 (três) minutos, consecutivos ou não, em qualquer fase de 1 (uma) hora.

Parágrafo Único - Em qualquer fase de 1 (uma) hora, quando da realização da operação de aquecimento de fornalha, o período referido no inciso II deste artigo já está incluído no período de 15 (quinze) minutos referido no inciso I.

Art. 7º - Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de propriedade da fonte e emissora.

§ 1º - O Órgão Ambiental Estadual poderá a seu critério, exigir que as fontes de poluição referidas no "caput" deste artigo controlem suas emissões, utilizando a melhor tecnologia prática disponível ou se transfiram para outro local, quando situada em desconformidade com as normas municipais de zoneamento urbano ou com o uso do solo circunvizinho.

§ 2º - Os padrões de emissão vigorarão pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, para as fontes de poluição que adotarem as medidas de controle necessárias para atendê-los.

Art. 8º - As fontes de poluição, a que se refere esta Lei deverão submeter-se à apreciação do Órgão Ambiental, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação, seus projetos de sistema de controle e de equipamentos que possibilitem a aferição de sua eficiência operacional, acompanhados do respectivo cronograma de implantação

Parágrafo Único - Os padrões de emissão vigorarão pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, contados da vigência desta Lei, para as fontes de poluição que adotarem todas as medidas necessárias para atendê-lo.

Art. 9º - Os padrões de Emissão de Poluentes do ar para fontes estacionárias são os seguintes:

I - Material Particulado Total - não será permitido a emissão de material particulado para a atmosfera em concentração superior a 50 mg/Nm³, em base seca corrigida a, no mínimo 11% de O₂.

II- Substância Inorgânica Particulada - as substâncias inorgânicas particuladas, grupadas em classe conforme listado abaixo, não podem exceder, em conjunto, as seguintes concentrações no efluente gasoso:

Classe 1:

0,2mg/Nm³ par fluxo de massa igual ou superior a 1g/h.

Cádmio e seus compostos medidos como Cd;
Mercúrio e seus compostos, medidos como Hg;
Tálio e seus compostos, medidos como TI;

Classe 2:

1,0mg/Nm³ par fluxo de massa igual ou superior a 5g/h

Arsênio e seus compostos medidos como As;
Cobalto e seus compostos, medidos como Co;
Níquel e seus compostos, medidos como Ni;
Telúrio e seus compostos, medidos como Te;
Selênio e seus compostos, medidos como Se;

Classe 3:

5 mg/Nm³ par fluxo de massa igual ou superior a 25g/h

Antimônio e seus compostos medidos como Sb;
Chumbo e seus compostos, medidos como Pb;
Cromo e seus compostos, medidos como Cr;
Cianetos facilmente solúveis, medidos como CN;
Fluoretos facilmente solúveis, medidos como F;
Cobre e seus compostos, medidos como Cu;
Manganês e seus compostos, medidos como Mn;
Platina e seus compostos, medidos como Pt;
Paládio e seus compostos, medidos como Pd;
Ródio e seus compostos, medidos como Rh;
Vanádio e seus compostos, medidos como V;
Estanho e seus compostos, medidos como Sn;

III - Monóxido de Carbono - não será permitida a emissão de monóxido de carbono para a atmosfera em concentração superior a 50 mg/Nm³, em base seca corrigida a, no mínimo 11% de O₂

IV - Óxidos de Enxofre - não será permitida a emissão de óxidos de enxofre, medidos como dióxidos de enxofre, para a atmosfera em concentração superior a 100mg/Nm³, em base seca corrigida a 11% de O₂.

V - óxidos de Nitrogênio - não será permitida a emissão de óxidos de nitrogênio, medidos como dióxidos de nitrogênio, para a atmosfera em concentração superior a 560mg/Nm³, em base seca corrigida a, no mínimo, 11% de O₂.

VI - Compostos Halogenados

a) Não será permitida a emissão de compostos clorados, medidos como cloreto de hidrogênio, para a atmosfera em concentração superior a 50mg/Nm³ em base seca corrigida a, no mínimo, 11% de O₂;

b) Não será permitida a emissão de compostos fluorados, medidos como fluoreto de hidrogênio, para a atmosfera em concentração superior a 2mg/Nm³, em base seca corrigida a, no mínimo, 11% de O₂.

VII - Compostos Organoclorados

a) Não será permitida a emissão de clorofenóis e clorobenzenos para a atmosfera em concentração superior a 1mg/Nm³, em base seca corrigida a, no mínimo, 11% de O₂;

b) Não será permitida a emissão de PCB's (Bifenilas Policloradas) para a atmosfera em concentração superior a 1mg/Nm³, em base seca corrigida a, no mínimo, 11% de O₂;

c) Não será permitida a emissão de PCDD's (dibenzo Dioxina) e PCDF's (Dibenzo Furano Policlorados) total para a atmosfera, em concentração superior a 12mg/Nm³, em base seca corrigida a, no mínimo, 11% de O₂.

VIII - Emissões Fugitivas - não poderão ocorrer emissões fugitivas durante qualquer tipo de queima.

IX - Correção de Emissões - a correção das emissões para o teor de, no mínimo, 11% de O₂ é feita através da seguinte equação:

$$EC = (10/21-OM)EM$$

onde:

EC = emissão corrigida para, no mínimo, 11% de O₂

OM = concentração de oxigênio medido

EM = emissão medida

Art. 10 - O lançamento de efluentes da queima de combustíveis sólidos, líquidos ou gasosos deverá ser realizada através de chaminé.

Art. 11 - Toda fonte de poluição do ar deverá ser provida de sistema de ventilação local exaustora e o lançamento de efluentes na atmosfera somente poderá ser realizado através de chaminé.

Art. 12 - O armazenamento de material fragmentado ou particulado deverá ser feito em silos adequadamente vedados, ou em outro sistema de controle de poluição do ar de eficiência igual ou superior, de molde a impedir o arraste, pela ação dos ventos, do respectivo material.

Art. 13 - Em áreas cujo uso preponderante for residencial, comércio e serviços vicinais, ficará a critério do Órgão Ambiental especificar o tipo de combustível a ser utilizado por novos equipamentos ou dispositivos de combustão.

Parágrafo Único - Incluem-se nas disposições deste artigo os fornos de panificação e de restaurantes e caldeiras para qualquer finalidade.

Art. 14 - As operações de cobertura de superfícies realizadas por aspersão, tais como pintura ou aplicação de verniz a revólver, deverão realizar-se em compartimento próprio provido de sistema de ventilação local exaustora e de equipamento eficiente para a retenção de material particulado.

Art. 15 - As fontes de poluição, para as quais não foram estabelecidos padrões de emissão, adotarão sistema de controle de poluição do ar baseados na melhor tecnologia prática disponível para cada caso.

Parágrafo Único - A adoção de tecnologia preconizada neste artigo, será feita pela análise e aprovação do Órgão Ambiental de plano de controle apresentado por meio do responsável pela fonte de poluição, que especificará as medidas a serem adotadas e a redução para a emissão.

Art. 16 - Novas fontes de poluição do ar, que pretendam, instalar-se ou funcionar, quanto à localização, serão:

I - obrigadas a comprovar que as emissões provenientes da instalação ou funcionamento não acarretarão, para a região onde irá se localizar, aumento nos níveis dos poluentes que as caracterizem como tal;

II - proibidas de instalar-se ou de funcionar quando, a critério do Órgão Ambiental, houve o risco potencial de aumento de poluição.

CAPÍTULO III

Do Plano de Emergência para Episódios Críticos de Poluição do Ar

Art. 17 - Fica instituído o Plano de Emergência para episódios críticos de poluição do ar, visando coordenar o conjunto de medidas preventivas a cargo do Governo do Estado, dos Municípios das entidades privadas e da comunidade que objetivam evitar graves e iminentes riscos à saúde da população.

§ 1º - Considera-se episódio crítico de poluição do ar a presença de altas concentrações de poluentes na atmosfera em curto período de tempo, resultante da ocorrência de condições meteorológicas desfavoráveis à sua dispersão.

§ 2º - O Plano de Emergência será executado pelo Órgão Ambiental Estadual, em articulação com a Coordenação Estadual de defesa Civil.

Art. 18 - Para execução do Plano de Emergência de que trata este Capítulo ficam estabelecidos os níveis de Atenção, de Alerta e de Emergência.

§ 1º - Para a ocorrência de qualquer dos níveis enumerados neste artigo serão consideradas as concentrações de dióxido de enxofre, material particulado, concentrado de monóxido de carbono e oxidantes fotoquímicos, bem como as previsões meteorológicas e os fatos e fatores intervenientes, previstos e esperados.

§ 2º - As providências a serem tomadas a partir da ocorrência dos níveis de Atenção e Alerta tem por objetivo evitar o atingimento do Nível de emergência.

Art. 19 - Será declarado a Nível de Atenção quando, prevendo-se a manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à disposição dos poluentes nas 24 (vinte e quatro) horas subseqüentes, for atingida uma ou mais das condições a seguir enumeradas:

I - concentração de dióxido de enxofre (SO₂), média de 24 (vinte e quatro) horas, de 800 (oitocentos) microgramas por metro cúbico;

II - concentração de material particulado, média de 24 (vinte e quatro) horas, de 250 (duzentos e cinquenta) microgramas por metro cúbico;

III - produto, igual a 65x10 metros cúbicos, entre a concentração de dióxido de enxofre (SO₂), e a concentração de material particulado ambas em microgramas por metro cúbico, média de 24 (vinte e quatro) horas;

IV - concentração de monóxido de carbono (CO), média de 8 (oito) horas, de 17.000 (dezessete mil) microgramas por metro cúbico;

V - concentração de oxidantes fotoquímicos, média de 1 (uma) horas, expressa em ozona, de 200 (duzentos) microgramas por metro cúbico.

Art. 20 - Será declarado o Nível de Alerta quando, prevendo-se manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão dos poluentes nas 24 (vinte e quatro) horas subseqüentes, for atingida uma ou mais das condições a seguir enumeradas:

I - concentração de dióxido de enxofre (SO₂), média de 24 (vinte e quatro) horas, de 1.600 (mil e seiscentos) microgramas por metro cúbico;

II - concentração de material particulado, média de 24 (vinte e quatro) horas, de 420 (quatrocentos e vinte) microgramas por metro cúbico;

III - produto, igual a 261x10 metros cúbicos, entre a concentração de dióxido de enxofre (SO₂), e a concentração de material particulado ambas em microgramas por metro cúbico, média de 24 (vinte e quatro) horas;

IV - concentração de monóxido de carbono (CO), média de 8 (oito) horas, de 34.000 (trinta e quatro mil) microgramas por metro cúbico;

V - concentração de oxidantes fotoquímicos, média de 1 (uma) hora, expressa em ozona, de 800 (oitocentos) microgramas por metro cúbico.

Art. 21 - Será declarado o Nível de Emergência quando, prevendo-se a manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão dos poluentes nas 24 (vinte e quatro) horas subseqüentes, for atingida uma ou mais das condições a seguir enumeradas:

I - concentração de dióxido de enxofre (SO₂), média de 24 (vinte e quatro) horas, de 2.100 (dois mil e cem) microgramas por metro cúbico;

II - concentração de material particulado, média de 24 (vinte e quatro) horas, de 500 (quinhentos) microgramas por metro cúbico;

III - produto, igual a 393 multiplicado por 10 elevado a terceira potência, entre a concentração de dióxido de enxofre (SO₂) e a concentração de material particulado ambas em microgramas por metro cúbico, média de 24 (vinte e quatro) horas;

IV - concentração de monóxido de carbono (CO), média de 8 (oito) horas, de 46.000 (quarenta e seis mil) microgramas por metro cúbico;

V - concentração de oxidantes fotoquímicos, média de 1 (uma) hora, expressa em ozona, de 1.200 (mil e duzentos) microgramas por metro cúbico.

Art. 22 - Caberá ao Secretário de Estado do Meio Ambiente declarar os Níveis de Atenção e de Alerta, e ao governador o de Emergência, podendo a declaração efetuar-se por todos os meios de comunicação de massa.

§ 1º - O Secretário de Estado do Meio Ambiente deve divulgar trimestralmente a situação de todas as estações de monitoramento da qualidade do ar de posse do Estado ou operadas mediante convênios, podendo a declaração efetuar-se por todos os meios de comunicação.

§ 2º - As instituições públicas responsáveis pela posse ou operação de equipamentos de mensuração de qualidade do ar ou as instituições privadas responsáveis pela operação de equipamentos de mensuração de qualidade do ar adquiridos com recursos públicos ou instalados em espaço de utilização pública devem fornecer informações quando solicitados por instituições públicas ou privadas de pesquisa, ou representantes de organizações da sociedade civil diretamente interessados.

Art. 23 - Nos períodos previsíveis de estagnação atmosférica, as fontes de poluição do ar, dentro das áreas sujeitas a Episódios Críticos de Poluição, ficarão sujeitas às seguintes restrições:

I - o estacionamento e a circulação ou de veículos automotores poderá ser restringido ao nível e pelo tempo necessário à prevenção do atingimento do Nível de Emergência ou do agravamento da deterioração da qualidade do ar;

II - a emissão de poluente por fontes estacionárias ficará sujeita a restrições de horário, podendo ser exigida sua redução ao nível e pelo tempo necessário a prevenção do atingimento do Nível de Emergência.

Art. 24 - Durante os episódios críticos, as fontes de poluição do ar estarão sujeitas às seguintes restrições:

I - quando declarado Nível de Atenção devido a monóxido de carbono e/ou oxidantes fotoquímicos, será solicitada a restrição voluntária do uso de veículos automotores particulares;

II quando declarado Nível de Atenção, devido a material particulado e/ou dióxido de enxofre:

a) a limpeza de caldeiras por sopragem somente poderá realizar-se das 12h00 (doze) às 16h00 (dezesseis) horas;

b) deverá ser adiado o início de novas operações e processamentos industriais e o reinício dos paralisados para a manutenção ou por qualquer outro motivo;

c) deverão ser eliminadas imediatamente as emissões de fumaça preta por fontes estacionárias, fora dos padrões legais, bem como a queima de qualquer material ao ar livre.

III - quando declarado Nível de Alerta, devido a monóxido de carbono e/ou oxidante fotoquímicos, ficará restringido o acesso de veículos automotores à zona atingida, no período de 6h00 (seis) às 20h00 (vinte) horas;

IV - quando declarado Nível de Alerta, devido a dióxido de enxofre e/ou partículas em suspensão:

a) ficam proibidas de funcionar as fontes estacionárias de poluição do ar que estiverem em desacordo com

a presente lei mesmo dentro do prazo para enquadramento;

b) fica proibida a limpeza de caldeiras por sopra-gem;

c) devem ser imediatamente extintas as queimas de qualquer tipo, ao ar livre;

d) devem ser imediatamente paralisadas as emissões, por fontes estacionárias, de fumaça preta fora dos padrões legais;

e) fica proibida a entrada e circulação, em área urbana, de veículos a óleo diesel emitindo fumaça preta fora dos padrões legais.

V - quando declarado Nível de Emergência, devido a monóxido de carbono e/ou oxidantes fotoquímicos, fica proibida a circulação e estacionamento de veículos automotores na zona atingida;

VI - quando declarado Nível de emergência, devido ao dióxido de enxofre e/ou material particulado:

a) fica proibido o processamento industrial, que emita poluentes;

b) fica proibida a queima de combustíveis líquidos e sólidos em fontes estacionárias;

c) fica proibida a circulação de veículos a óleo diesel.

Parágrafo Único - Em casos de necessidade, a critério do Órgão Ambiental, poderão ser feitas exigências complementares.

CAPÍTULO IV

Do controle do Ar, das proibições e Exigências Gerais

Art. 25 - Considera-se ultrapassado um padrão de qualidade do ar quando a concentração aferida, através da metodologia adequada, exceder pelo menos, uma das concentrações especificadas no artigo 5º.

Art. 26 - É proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer outro material combustível, exceto mediante autorização prévia do Órgão Ambiental Estadual.

Art. 27 - É proibida a instalação e o funcionamento de incineradores domiciliares ou prediais, de quaisquer tipos.

Art. 28 - O Órgão Ambiental Estadual, nos casos em que se fizer necessário, poderá exigir:

I - a instalação e operação de equipamentos automáticos de medição com registradores, nas fontes de poluição do ar, para monitoramento das quantidades de poluentes emitidos, cabendo a esse órgão, à vista dos respectivos registros, fiscalizar seu funcionamento;

II - que os responsáveis pelas fontes de poluição comprovem a quantidade e qualidade dos poluentes atmosféricos emitidos, através de realização de amostragens em chaminé, utilizando-se de métodos aprovados pelo referido órgão;

III - que os responsáveis pelas fontes poluidoras construam plataformas e forneçam todos os requisitos necessários à realização de amostragens em chaminé.

Art. 29 - As multas por infringência a esta lei são aquelas constantes da Lei nº 7109/79 e dos valores constantes da Lei Federal nº 9605/98 e do Decreto Federal nº 3179/99.

Art. 30 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição, que procura estabelecer, no Estado do Paraná, padrões de qualidade do ar e padrões para emissão de poluentes atmosféricos.

A proposição está de acordo com a Constituição Federal, em especial o contido no inciso VI, do artigo 23, que cita que é da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares, para aprovação da presente matéria, já que é imposto ao Poder Público e à coletividade o dever de proteger e preservar o meio ambiente, ecologicamente equilibrado, para as presentes e futuras gerações.

PROJETO DE LEI Nº 445/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, em parceria com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, a proibir a plantação de árvores no limite da área de domínio daquele departamento, inclusive nas rodovias pedagiadas e não pedagiadas.

Art. 2º - Fica a cargo do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, em conjunto com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, proceder o corte das árvores que margeiam as rodovias, principalmente daquelas que possam vir a colocar em risco a vida dos usuários.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, em parceria com o Departamento de Estradas de Rodagem, a proibir a plantação de árvores no limite da

área de domínio daquele departamento, bem como estabelecer o corte daquelas que possam trazer risco para os usuários.

São diversas as situações em que o usuário, quando em situação de perigo, não tem uma via de fuga para seu veículo, tendo muitas vezes que ir de encontro a frondosas árvores para que não vá de encontro com outro veículo em sentido contrário.

É de conhecimento de todos nós que diversas pessoas perdem suas vidas em acidentes com árvores plantadas à beira das rodovias.

Com o projeto de lei em pauta nossa intenção é de que os órgãos competentes IAP e DER avaliem a necessidade de corte daquelas que se encontram plantadas nas beiras das rodovias e que possam colocar em risco a segurança dos usuários. O plantio de novas árvores somente poderá ser feito fora da área de domínio.

Contamos com a aprovação dos nobres pares na aprovação do referido projeto.

PROJETO DE LEI Nº 446/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, no âmbito de sua jurisdição, a Associação de Moradores Moradias Timbu, no município de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 03.161.827/0001-75, com sede à Rua Um, nº 177, Bairro Moradias Timbu, Campina Grande do Sul, Paraná.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa justifica-se na medida em que a Associação de Moradores Moradias Timbu do município de Campina Grande do Sul, tem-se enlevado no trabalho de atendimento à área social daquele município, promovendo, organizando e desenvolvendo brilhantes campanhas e atividades que reverterem em benefício da população carente.

A declaração como entidade de Utilidade Pública Estadual reveste-se de extrema importância para que a mencionada associação possa usufruir de benefícios externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, solicitamos a aprovação da presente lei, pelo que, em nome da população carente do município de Campina Grande do Sul, antecipadamente agradecemos.

PROJETO DE LEI Nº 447/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, no âmbito de sua jurisdição, a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, do município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 04.418.594/0001-06, com sede à Rua Agata Voss Nuremberg, 72, Centro, Bom Sucesso do Sul, Paraná.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa justifica-se na medida em que a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Bom Sucesso do Sul, tem-se enlevado no trabalho de atendimento à área social daquele município, promovendo, organizando e desenvolvendo brilhantes campanhas e atividades que reverterem em benefício da população carente.

A declaração como entidade de Utilidade Pública Estadual reveste-se de extrema importância para que a mencionada associação possa usufruir de benefícios externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, solicitamos a aprovação da presente lei, pelo que, em nome da população carente do município de Bom Sucesso do Sul, antecipadamente agradecemos.

PROJETO DE LEI Nº 448/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, no âmbito de sua jurisdição, a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 03.826.844/0001-84, com sede à Avenida Vereador Valmir Antonio Alexandre, s/nº, Centro, Boa Esperança do Iguaçu, Paraná.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa justifica-se na medida em que a Associação de Moradores Moradias Timbu do município de Boa Esperança do Iguaçu, tem-se enlevado no trabalho de atendimento à área social daquele município, promovendo, organizando e desenvolvendo brilhantes campanhas e atividades que revertem em benefício da população carente.

A declaração como entidade de Utilidade Pública Estadual reveste-se de extrema importância para que a mencionada associação possa usufruir de benefícios externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, solicitamos a aprovação da presente lei, pelo que, em nome da população carente do município de Boa Esperança do Iguaçu, antecipadamente agradecemos.

PROJETO DE LEI Nº 449/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As instituições estaduais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica poderão contratar nos termos do inciso XII do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e por prazo determinado, instituições criadas com a finalidade de dar apoio a programas e projetos de pesquisa, ensino, extensão, prestação de serviços e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições estaduais contratantes.

Parágrafo Único - Não poderão ser contratadas entidades que tenham como fundadores ou diretores ou associados vinculados à contratante, na condição de professores, diretores ou funcionários, ou parentes destes, afins ou sanguíneos até o segundo grau.

Art. 2º - As instituições contratantes a que se refere o artigo 1º deverão estar constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos, regidas pelo Código Civil Brasileiro, e sujeitas, em especial:

I - fiscalização pelo Ministério Público, nos termos do Código Civil e do Código do Processo Civil;

II - à legislação trabalhista.

Art. 3º - Na execução de convênios, contratos, acordos e/ou ajustes que envolvam a aplicação de recursos públicos, as fundações contratadas na forma desta lei serão obrigadas a:

I - observar a legislação federal e estadual que institui normas para licitações e contratos da administração pública, referentes à contratação de obras, compras e serviço;

II - prestar contas dos recursos aplicados aos órgãos públicos financiadores;

III - submeter-se ao controle finalístico e de gestão pelo órgão máximo de administração da instituição esta-

dual de ensino e pesquisa ou similar da entidade contratante;

IV - submeter-se à fiscalização da execução dos contratos de que trata esta lei pelo Tribunal de Contas do Estado e pelo órgão de controle interno competente.

Art. 4º - As instituições estaduais contratantes poderão autorizar, de acordo com as normas aprovadas pelo órgão de direção superior competente, a participação de seus servidores nas atividades realizadas pelas fundações referidas no artigo 1º desta lei, sem prejuízo de seus direitos, deveres e atribuições funcionais.

§ 1º - A participação de servidores das instituições estaduais contratantes nas atividades previstas no artigo 1º desta lei, autorizada nos termos deste artigo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo as fundações contratadas, para sua execução, conceder bolsa de ensino, pesquisa, extensão ou prestação de serviços.

§ 2º - É vedada aos servidores públicos estaduais, cuja participação não tenha sido autorizada, conforme disposto no *caput* deste artigo, participar nas atividades realizadas pelas fundações de apoio, durante a jornada de trabalho a que estão sujeitos, executada a colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade, de acordo com as normas referidas no *caput*.

§ 3º - É vedada a utilização dos contratos referidos no *caput* para a contratação de pessoal administrativo, de manutenção, docentes ou pesquisadores para prestarem serviço ou atender necessidades de caráter permanente das instituições federais contratantes.

Art. 5º - Fica vedada às instituições estaduais contratantes o pagamento de débitos contraídos pelas instituições contratadas na forma desta lei e a responsabilidade a qualquer título em relação ao pessoal por estas contratados, inclusive na utilização de pessoal da instituição conforme previsto no artigo 4º desta lei.

Art. 6º - No exato cumprimento das finalidades referidas nesta lei, poderão as fundações de apoio, por meio de instrumento legal próprio, utilizar-se de bens e serviços da instituição estadual contratante, mediante ressarcimento previamente acordado e pelo prazo estritamente necessário à elaboração e execução de programa ou projeto de ensino, pesquisa, extensão ou prestação de serviço e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de efetivo interesse das instituições estaduais contratantes e objeto firmado entre ambas.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa facilitar a contratação pelas entidades de ensino superior estaduais de instituições criadas com a finalidade de dar apoio a programas e pro-

jetos de pesquisa, ensino, extensão, prestação de serviços e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico.

Certamente esta aprovação, contará com o apoio de meus pares nesta Casa, pois a sua aprovação certamente estimulará a pesquisa científica e tecnológica em nosso Estado com benefícios à nossa economia e à comunidade como um todo.

PROJETO DE LEI Nº 450/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Compubras, com sede e foro no município de Santa Terezinha de Itaipu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.09.2001.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Compubras, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal atender crianças e adolescentes carentes, nas áreas de educação infantil e pedagógica, saúde e cultura, através de campanhas de orientação quanto à importância da vacinação infantil, estimulação do aleitamento materno, execução de ações e projetos na área de saúde priorizando os aspectos de educação, em suma, defendendo os direitos da criança e do adolescente com o intuito de fomentar o crescimento integral da criança e do adolescente, segundo os parâmetros do ECA.

Desta forma, esperamos contar com o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, ao referido projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 451/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º -O cargo de reitor das universidades estaduais do Paraná, só poderá ser preenchido por professor titular da instituição, eleito entre os membros possuidores de título de doutor.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos meses vários reitores de entidades educacionais mantidas pelo Estado vêm sendo questionados por seus procedimentos diante da administração das

universidades. Notícias de desvios de verbas, fraudes em vestibulares e concorrências dirigidas, mancham a imagem da instituição, colocando em xeque a credibilidade das nossas universidades.

Além disso, esses questionamentos fogem ao objetivo para os quais os digníssimos reitores foram eleitos: administrar as entidades e, fundamentalmente, buscar a constante melhoria no ensino superior, celeiro de onde devem sair nossos patrimônios mais valiosos.

A limitação na escolha do reitor entre os possuidores do título de doutor não é uma garantia absoluta de que tais situações não irão se repetir, mas com certeza, é um indício de que vai-se eleger um professor mais preparado para implementar inovações necessárias e conduzir as universidades por caminhos mais voltados aos seus ideais primários

A nova exigência também deverá funcionar como incentivo para que professores que almejem alcançar o posto, busquem a realização de doutorado em sua área de atuação.

PROJETO DE LEI Nº 452/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A alínea “i” do inciso II do artigo 14 e o inciso IV do artigo 27 da Lei Estadual 11.580, de 14 de novembro de 1996, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 14 -...

i) refeições industriais classificadas no código 2106.90.0500 da NBM/SH e demais refeições quando destinadas a vendas diretas e corporações, empresa e outras entidades, para consumo de seus funcionários, empregados ou dirigentes, bem como fornecimento de alimentação de que trata o inciso I do artigo 2º desta lei, excetuando o fornecimento ou a saída de bebidas”.

“Art. 27 -...

IV - quando o contribuinte tenha optado pela apuração do imposto na forma do § 9º do artigo 25 ou pela dedução a que se refere o § 2º do artigo 26;”

Art. 2º Fica acrescentado ao artigo 25 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, o § 9º, com seguinte redação:

“§ 9º - O contribuinte o ramo de fornecimento de alimentação de que trata o inciso I do artigo 2º desta lei, desde que utilize Equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, poderá, em substituição ao regime normal de apuração do ICMS estabelecido no *caput*, apurar o imposto devido mensalmente mediante aplicação do percentual de 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) sobre a receita bruta auferida, excluindo-se desta os valores correspondentes a saídas de mercadorias abrangidas por substituição tributária”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.”

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

Bares, restaurantes e estabelecimentos similares vêm se consolidando como importantes fornecedores de alimentação para trabalhadores em geral, mediante pagamento do preço com “tíquetes” e “vales” do sistema de refeição-convênio do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

Apesar do ICMS estar informado pelo Princípio da Seletividade (artigo 55, parágrafo segundo, III, da CF/1988), que impõe aos Estados e ao Distrito Federal a graduação da carga do ICMS na circulação de mercadorias segundo a sua essencialidade, de acordo com a Lei Estadual nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, o imposto incidente sobre fornecimento de alimentação em bares, restaurantes e estabelecimentos similares é calculado mediante a aplicação da alíquota de 17% (dezessete por cento), enquanto o parâmetro para tributação dos produtos de primeira necessidade é de 7% (sete por cento), como é o caso da cesta básica.

A redução da base de cálculo em 30% (trinta por cento) no fornecimento de alimentação, através da Lei nº 13.214, de 29 de junho de 2001, convalidada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, através do Convênio ICMS nº 44, de 06 de julho de 2001, reduz a carga do ICMS de 17% (dezessete por cento para 11,9% (onze e nove décimos por cento), configurando-se em tributação excessivamente elevada para tais fornecimentos.

Em regra, a tributação desse fornecimento em outras unidades da Federação, tais como Rio de Janeiro e São Paulo, é de 8,4% (oito inteiros e quatro décimos por cento), em vista da alíquota fixada nestes estados ser de 12% (doze por cento) e a base de cálculo também estar reduzida em 30% (trinta por cento).

Necessário se faz, portanto, reduzir a alíquota do ICMS nas operações internas de fornecimento de alimentação em bares, restaurantes e estabelecimentos similares, de 17% para no mínimo 12%, para que a carga final do ICMS seja reduzida aos níveis de tributação de outros Estados, ou seja, de 8,4%, aproximando-se da tributação dos produtos que compõem a cesta básica.

A proposição do acréscimo do parágrafo 9º ao artigo 25 da Lei nº 11.580 visa oferecer aos contribuintes do segmento de bares, restaurantes e estabelecimentos similares, em substituição ao sistema normal de apuração do ICMS, regime simplificado e expedito de apuração do débito mensal do ICMS, mediante aplicação do percentual de 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) sobre a receita bruta auferida, excluídos os produtos abrangidos por substituição tributária e sem direito a crédito de ICMS das operações e prestações anteriores. Estabelece-se como condição para adoção dessa regra

alternativa o uso de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF.

Tal iniciativa decorre da observância da bem sucedida experiência do Estado de São Paulo, onde a carga tributária foi sendo reduzida, inicialmente para 4,5% (Decreto nº 45.048/2000), depois para 3,5% (Decreto nº 45.225/2000) e, finalmente, para 3,2% (Decreto nº 45.543/2000), o que além de tornar o cumprimento das obrigações tributárias, principal e acessórias, extremamente simples e seguro, resultou no incremento da arrecadação do ICMS.

Ressalte-se, por fim, que a utilização do Equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, condição imprescindível para a adoção do regime alternativo de apuração do ICMS, constitui avanço significativo no sistema de arrecadação de tributos do tipo valor agregado, incidente sobre o consumo, que vem sendo perseguido pelas Fazendas Estaduais há alguns anos.

PROJETO DE LEI Nº 453/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Vale do Ivaí, com sede e foro no município de Ivaiporã - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Engenheiros Agrônomos do Vale do Ivaí, constitui uma organização civil sem fins lucrativos, sendo a entidade máxima de representação dos Engenheiros Agrônomos do Vale do Ivaí.

A referida Associação vem desenvolvendo ações de relevante teor social, reunindo seus associados em vários eventos de caráter técnico visando o aprimoramento e atualização profissional do seu público alvo.

Entre outras atividades de igual importância, a referida associação promove reuniões de orientação para a comunidade rural, objetivando o aumento da produção e melhoria da qualidade de vida, bem como a contenção do êxodo rural.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho à tribuna nesta segunda-feira, motivado pelos últimos resultados que o esporte tem dado ao nosso Estado do Paraná, mas ao mesmo tempo também, desiludido, em função de algumas medidas tomadas pelos cartolas que dirigem o futebol brasileiro.

Senhor presidente, todo mundo tem conhecimento que o presidente da CBF e da Federação Paranaense de Futebol noticiaram, via imprensa, que o próximo jogo da seleção brasileira contra a seleção do Chile, seria realizado em Curitiba no estádio Couto Pereira, pertencente ao Coritiba Futebol Club e hoje o Paraná, graças a Deus, dispõe de dois locais extraordinários que nos colocam no Brasil inteiro com a possibilidade de sediar aqui grandes competições que é o estádio da Arena da Baixada, pertencente ao Atlético, o estádio Couto Pereira, pertencente ao Coritiba e noticiou-se, então, que o jogo da seleção brasileira com o Chile seria realizado aqui, na Capital do Estado e no estádio Couto Pereira.

Notificado que foi o Coritiba, a sua diretoria, a sua presidência passou a investir no estádio Couto Pereira, até porque a própria CBF havia feito uma série de exigências no sentido de que pudesse o Couto Pereira ter algumas melhorias para receber duas seleções, e acima de tudo, a imprensa do Brasil que acompanha com muito interesse essa situação crítica da seleção brasileira que luta para tentar a classificação para a próxima copa do mundo.

Então, foi notícia em todos os jornais, no final de semana passada, nesta semana, da possibilidade de ser realizado em Curitiba o jogo. Mas aí veio a contranotícia, da possibilidade de não realização do jogo entre o Brasil e Chile, pelas eliminatórias da Copa do Mundo de 2002.

A Confederação Brasileira de Futebol, CBF, que há dois meses atrás assumiu o compromisso de realizar a partida em Curitiba, agora ameaça voltar atrás, pois diversas outras capitais brasileiras candidataram-se para sediar este jogo, dentre elas o Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Maceió e São Luiz do Maranhão.

O Estado do Paraná, ante a decisão da Confederação, pôs-se a trabalhar em prol do evento e a partir do compromisso assumido pelo presidente da CBF, Ricardo Teixeira, o estádio Couto Pereira, onde deveria ser realizada a partida, passou e passa por uma série de mudanças, atendendo exigências da própria CBF, o Coritiba Futebol Clube, segundo o seu presidente, Francisco Araújo, investiu nada mais nada menos do que 400 mil reais na reforma do túneis, remodelação e ampliação das salas de imprensa, reforma da sala de “antidoping”, entradas isoladas para receber as delegações, reformulação de todos os camarotes, sendo dois camarotes vip’s novos, com atendimento diferenciado, modificação do fosso ao redor de todo o gramado do estádio, elevador para as cabines de imprensa e para o setor de cadeiras do estádio Couto Pereira.

Além disso, vejam bem, a Gazeta do Povo de hoje, traz a seguinte entrevista do técnico Felipe Scolari.

Ele também defende a realização do jogo aqui em Curitiba, pois teve ótima impressão da nossa cidade e da sua estruturação.

Durante o mês passado a seleção brasileira passou dez dias treinando no Centro de Treinamento do Clube Atlético Paranaense e o técnico destacou por diversas vezes a excelente estrutura à disposição da seleção.

Desta forma, nós, classe política, senhor presidente, se em outros Estados há um lobby político, se em outros Estados já se verifica a ação de políticos no sentido de viabilizar jogos da seleção brasileira em seus Estados, não podemos ficar aqui apáticos, especialmente depois de ter sido dada a notícia a nós paranaenses, depois de a imprensa já começar a se preparar para isto, o estádio ser remodelado com novas estruturas, as atenções voltadas para a Capital do Estado do Paraná, porque, quer queira ou não, o jogo da seleção brasileira aqui destaca a cidade, destaca o nosso Estado fora das fronteiras. No entanto, agora vem esta informação de que dificilmente o jogo será realizado em Curitiba.

E hoje à tarde, por volta de 16 ou 17 horas, teremos uma definição se o jogo será realmente realizado aqui ou quem sabe vá para um outro Estado, porque agora vira um leilão a seleção brasileira. Quem dá mais vai ter o jogo do Brasil! Sabemos que São Luiz do Maranhão, por exemplo, cuja governadora, Roseane Sarney, já estaria oferecendo uma verba realmente fabulosa para que o jogo da seleção brasileira vá ser disputado. E nós aqui, que recebemos a primeira notícia, que tivemos a primeira informação, a primeira garantia de que o jogo seria aqui no Estádio Couto Pereira, ficamos de braços cruzados vendo uma decisão a nível de cúpula da CBF e não fazemos nada, senhor presidente.

E neste sentido, nós que temos uma ligação bastante grande no esporte, amador e profissional sendo homem de comunicação, não posso me calar diante desta irresponsabilidade da CBF, desta brincadeira que fez com os paranaenses. Afinal de contas noticiou, todo mundo se preparou, até mesmo os cambistas já estavam se preparando para vir para Curitiba, para poder, evidentemente, também faturar um pouquinho em cima do jogo da seleção brasileira.

Por isso, estou encaminhando à Mesa, senhor presidente, um requerimento para que se envie com urgência e já antecipando, o meu gabinete já está encaminhando este ofício, via e-mail, para a CBF, no sentido de que se ouça o Paraná, se ouça o clamor do desportista paranaense, deputado Luiz Carlos Zuk, que está querendo dar o incentivo que a seleção precisa nesse momento; arriscada de não chegar à Copa do Mundo e, quem sabe com apoio nosso, os nossos paranaenses aqui, com o clima de Curitiba, possamos levantar um pouco a auto-estima do atleta brasileiro, do treinador da seleção brasileira e consigamos aqui uma vitória que é o que interessa ao Brasil neste momento, para chegar à Copa do Mundo em 2002.

Por esta razão, senhor presidente, está na mesa este meu requerimento, pedindo aos demais parlamentares que o subscrevam, que nos ajudem a aprová-lo, até porque é um requerimento que não passa por votação no plenário, mas simbolicamente, no sentido de que se envie urgentemente à CBF para que reveja ou para que mantenha a posição anterior que foi de destinar o jogo do Brasil contra o Chile aqui para a Capital do Estado do Paraná.

Era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não tendo mais oradores no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao deputado Edson Strapasson, no Grande Expediente.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Venho a esta tribuna, nesta tarde de segunda-feira, para fazer um relato. Parte dele tive a oportunidade de acompanhar, na quinta-feira da semana passada, em relação ao que continua acontecendo com relação ao serviço funerário de Curitiba e região metropolitana.

Senhores deputados, inicialmente, vou relatar um depoimento e um relato do filho do falecido, no dia 13 desse mês, na quinta-feira passada, do Sr. Antônio Carlos da Silva Tereza, de família humilde, que teve o seu corpo encaminhado, para fazer autópsia no IML de Campina Grande do Sul. Após buscar a liberação do corpo do seu pai, na funerária do IML de Campina Grande, o Sr. Sidney Martins foi encaminhado junto à Central de Luto, do município de Curitiba.

Passo a relatar o que disse o Sidney Martins de Jesus, enteado do Sr. Antônio:

“No dia 13 de setembro de 2001, quinta-feira, ao dirigir-se à Capela do Cemitério de Santa Cândida, para abertura do túmulo memorial, foram informados que deveriam retirar autorização, junto ao Cemitério Municipal de Curitiba, para a abertura do túmulo e respectivo sepultamento.

Chegando ao Cemitério Municipal, fizeram essa solicitação. Após a liberação, que teve um custo de R\$40,00, perguntaram qual seria o procedimento da funerária. E a funcionária Marilza questionou a respeito da localização do serviço funerário. E ao informarem a localização do serviço funerário, do município de Colombo, a mesma alertou que não poderia ser de funerária de Colombo, e sim de Curitiba, porque assim estabelecia a legislação do município de Curitiba.

O Sr. Antônio Carlos da Silva faleceu em Colombo e seria sepultado em Curitiba, no Cemitério de Santa Cândida, após informações da mesma funcionária, informando que a funerária seria escolhida mediante um sorteio do computador.

A família concordou com o sorteio. No entanto, a Funerária Unilutus, localizada defronte ao Cemitério Municipal, foi acionada imediatamente e em questão de minutos, chegou com toda a documentação em mãos, o

que causou estranheza à família. Quero alertar aí, para que, logo após alguns minutos do sorteio, perante à família, no computador na Central de Luto, a funerária escolhida já estava de posse, anterior, com toda a documentação do falecido e toda a liberação já em mãos, causando-nos muita estranheza, nesta relação entre a funerária, teoricamente sorteada pela Central de Luto, e a central.

A família concordou com o sorteio. Informaram que, dentro da dependência do Cemitério Municipal existia uma exposição de urnas fúnebres, de interesse privado e não público que, material lá exposto, não confere com o apresentado na devida funerária. Lá, o orçamento apresentado, no Cemitério Municipal, da família, foi de R\$1.600,00. E após muita discussão e intercessão de várias pessoas, acabaram reduzindo, para praticar um preço de R\$600,00. Foram deixados dois cheques no valor de R\$300,00, já que a família não tinha dinheiro e não tinha condição, naquele momento, de pagar o serviço funerário.

A partir desse momento, a Funerária Medianeira de Colombo, passou e ofereceu o mesmo serviço, por R\$200,00. Quero colocar que, pela manhã de quinta-feira, fui informado de que a família estava sendo pressionada a utilizar uma funerária do plantão do município de Curitiba e não poderia escolher outra funerária de sua relação ou de acordo com o preço que melhor lhe conviesse.

Acabei ligando para o IML de Campina Grande do Sul e falei com um dos responsáveis de plantão, o Pedro, que me dizia o seguinte: deputado, nós não impomos condições para que a funerária seja de Curitiba, e logicamente eu informei isso à família, e eles acabaram contratando a Funerária Medianeira que ofereceu um preço de 200 reais pelo mesmo serviço que as outras que estavam pedindo 1.600 e acabou fechando por 600 reais na sequência.

A partir desse momento, a família tomou o encaminhamento do funeral, levaram o corpo para ser velado na capela mortuária de Santa Cândida, após paga a taxa de aluguel da capela, pago a taxa da própria abertura do túmulo e após isso, senhores deputados, a família, quando descobriu que não era obrigada a utilizar os serviços da Unilutus, que era a funerária de plantão, a funerária do rodízio, acabou se revoltando, ficando indignada e voltou à Unilutus pedindo que devolvesse os cheques que ela teria colocado, porque não mais iriam utilizar os seus serviços.

Ora, a Funerária Unilutus acabou dizendo que não poderia em hipótese nenhuma devolver os cheques, e encaminhou os familiares para o serviço municipal de Curitiba, que foram atendidos pela Sra. Salete, que os tratou ironicamente, afirmando que para que eles não contratassem ou para que eles pudessem contratar a funerária do outro município, já que ele era um morador de Colombo e faleceu em Colombo, ela deveria pagar uma quantia de 113 reais à funerária escolhida no rodízio para

que ela cedesse a sua condição para que a Funerária Medianeira acabasse realizando o funeral. Ora, a família acabou pagando 113 reais diretamente à Funerária Unilutus, pagamento este sem emissão de recibo, ou seja, foi um pagamento direto, em dinheiro, porque eles não aceitavam cheque, tiveram de providenciar dinheiro para pagar 113 reais à Unilutus a título de pedágio, para que eles deixassem passar aí o funeral desta Funerária Medianeira, do município de Colombo.

Evidentemente que isto nos coloca um grande questionamento da forma de gestão do serviço funerário, e pior, senhores deputados, após tudo encaminhado, resolvido perante o serviço público municipal, foi encaminhado o corpo para Santa Cândida e exatamente na hora em que estavam os parentes e amigos velando o corpo, acabou chegando lá no Santa Cândida a servidora pública municipal, que é fiscal da central do serviço funerário, Patrícia Rocha Carneiro, que chegou de forma agressiva, truculenta, agredindo com palavras os familiares e literalmente chutou os acessórios que davam suporte aos ornamentos do funeral, do caixão inclusive, chutando o próprio pedestal onde se encontrava o falecido, dizendo que a Funerária Medianeira não podia em hipótese alguma estar ali colocando o seu equipamento, o seu funeral, porque aquele funeral não era para ser deles, era para ser da funerária de Curitiba, a Unilutus!

Essa pessoa, Patrícia Rocha Carneiro, que inclusive eu tive um depoimento, deputado Algaci, no local, já que eu cheguei em seguida de pessoas, não só das famílias, mas de outro enterro, de outro velório que estava acontecendo, ela chegou de uma forma truculenta, agressiva, tratando os familiares com o desrespeito que jamais em qualquer momento poderia se admitir com qualquer cidadão. A partir desse momento que foram os familiares e amigos agredidos verbalmente pela fiscal Patrícia, segundo depoimentos familiares, que defendia claramente a Funerária Unilutus e aí nós temos um fiscal do serviço funerário, senhor presidente, lá dentro do Cemitério Municipal, defendendo literalmente, não o cidadão, mas especialmente, defendendo o interesse da funerária de plantão.

A partir desse momento, ela com várias palavras, inclusive dizendo que os familiares estariam roubando os serviços funerários da Unilutus, houve um confronto, e nesse momento, eu que vinha para a Assembléia, na tarde de quinta-feira, por volta das 14h00, acabei recebendo a informação dos familiares, dessa funcionária que estava agredindo, que baixou o nível no cemitério, que fez um escândalo, que agrediu desrespeitosamente os familiares e o falecido.

Eu que coincidentemente vinha, estava bem próximo de Santa Cândida, acabei parando por lá, porque é o meu caminho para vir a esta Casa, e acabei encontrando essa tal funcionária Patrícia, que estava no portão, de saída, já que ela tinha aprontado realmente, todo esse escarcéu. Nós encontramos ela batendo boca, gritando com os familiares e a minha indignação, que já tinha

tomado conhecimento por telefone, pelos familiares, do ocorrido.

Cheguei e a tratei com energia, de forma a perguntar quem ela pensava que era, para tratar daquela forma os cidadãos, que naquele momento, estavam com profundo pesar, velando um ente querido, e que ao invés de receber de uma servidora pública o tratamento que a ocasião exige, receberam a agressividade dessa funcionária.

Tratei-a e pude pessoalmente, senhor presidente, ver quanto desrespeito e de que forma os cidadãos estão sendo desrespeitados, porque quando eu, como deputado estadual, ali naquela ocasião, encaminhando e defendendo o respeito ao cidadão, fui da mesma forma desrespeitado.

Quando eu até exigi e pedi que ela baixasse o tom de voz, e abaixasse o dedo para falar comigo, deputados, ela se identificou que era autoridade, que deputado não era autoridade ali, e que ela era prima do deputado Plauto Miró Guimarães. Quem eu era? Que ela iria ligar para o presidente Hermas, iria ligar para o Bibinho naquele momento. Eu mandei ela ligar para o Papa, se fosse o caso, porque estava ali defendendo o respeito ao cidadão, não estava pedindo nenhum benefício a ninguém.

Mas o respeito que exigi, independente da lei que Curitiba impõe nesse acerto com as funerárias, acho que o cidadão tem que ser tratado com respeito.

Quando também fui desrespeitado como deputado, como parlamentar, e só não fui mais agressivo, senhores deputados, porque realmente se tratava de uma mulher em estado de histeria, sim, sem respeitar os cidadãos, sim! Mas, não podia, em se tratando de mulher, fazer nada que não fosse baixar a minha cabeça até aguardar.

Nesse período, acabei, até a pedido dos familiares, depois de muito bate-boca, eu queria chamar o policiamento para fazer o registro da ocorrência, quando os familiares me disseram que em respeito ao falecido era melhor deixarmos para o outro dia para que nós pudéssemos encaminhar pelas vias judiciais o reclame desta família que foi desrespeitada.

Daí chamei-a e falei que nós iríamos usar todos os meios para puni-la pela atitude que ela tomou perante os familiares.

Quando ela viu que realmente a família iria adiante, ela quis se fazer de vítima e acabou chamando o policiamento, que acabou comparecendo no local. Ela, que não merece o cargo de servidora pública municipal, pelo desrespeito com que trata o cidadão, acabou fazendo uma cena de vítima, dizendo que ela foi agredida com palavras, que ela estava ali prestando um serviço à comunidade e foi por mim e pelos familiares desrespeitada.

Veja bem, ela tentou proteger-se, fazendo-se de vítima, quando deveria ser ela a principal, e aí até respeitando um cidadão. O advogado da família está encaminhando para que nós possamos, senhores deputados, encaminhar adiante.

Agora, não poderia aqui de forma nenhuma deixar de registrar a minha indignação ao ver cidadãos humildes

serem tratados dessa forma num momento tão especial, tão difícil da vida.

Com certeza, esta funcionária não merece a função de servidora pública e, tenho certeza que nós aqui desta Casa, eu vou encaminhar um requerimento, no sentido que o Prefeito Municipal tome conhecimento. Porque quero crer que o prefeito Cássio Taniguchi, não deve ser esta a orientação que ele dá aos seus servidores, para que tratem de forma truculenta e agressiva, desrespeitosa, aqueles que neste momento mais difícil, enfrentam o problema. A servidora pública Patrícia Rocha Carneiro, infringiu o artigo 209 do Código Penal Brasileiro, que diz: “impedir ou perturbar enterro ou cerimônia de funeral”. Pena: “detenção de um mês a um ano ou multa prevista no Capítulo II dos crimes contra o respeito aos mortos.

Concedo aparte ao deputado Algaci.

O Sr. Algaci Tulio

Quero lamentar profundamente este acontecimento em que Vossa Excelência acabou na defesa da família, se envolvendo e sendo desrespeitado por uma servidora pública. É lamentável, se caso essa discussão em torno da questão das funerárias, é um caso de polícia, na verdade, porque discute-se, discute-se e não se chega a um denominador. Há uns lobbies muito fortes de um lado e lobby muito forte do outro, e a Prefeitura, que tem que ter um serviço funerário municipal criado já há muitos anos, que se por um lado pelo menos melhorou em termos de Curitiba aquela situação que acontecia onde envolvia hospitais, onde funcionários de hospitais eram regidamente gratificados por determinadas funcionárias para que liberrassem o óbito conforme a funerária de plantão, se pelo menos nesse sentido moralizou um pouco, por outro lado, criou esta situação complicada com as funerárias da Região Metropolitana e quem mora em Colombo, quem mora em Piraquara, não tem a obrigação, no meu entendimento, de aceitar uma funerária de Curitiba. Isso é uma coisa lógica!

Ora, quem mora em Colombo, quem mora em Piraquara, não tem a obrigação, no meu entendimento, de aceitar uma funerária de Curitiba. Isso é uma coisa lógica. Ora, quem mora em Colombo, certamente tem muito mais facilidade na funerária local, na questão de valores e de como vai pagar. Talvez não tivesse isso aqui com a funerária de Curitiba. É uma situação bastante delicada e até constrangedora, porque a família se obriga de repente, a atender um rodízio que virou um bingão, porque agora é pela pedrinha. Virou o bingão dos óbitos! É uma coisa terrível e a gente não pode imaginar como tiveram essa idéia aqui em Curitiba de colocar um globo com as pedrinhas do bingo e ali tira o sorteio. A bolinha representa a funerária tal que é quem vai fazer o sepultamento da pessoa, como se a família fosse obrigada a aceitar isso!

Eu quero aproveitar e quero recomendar ao deputado Strapasson que encaminhe cópia desse pronuncia-

mento e desses dados à Câmara Municipal de Curitiba, que ainda deve estar em funcionamento uma CPI a respeito das funerárias e até porque envolve uma funerária pública que foi desrespeitosa para com os familiares e pelo relato que V. Exa. faz, imagine se alguém da família desse falecido fosse um pouco mais nervoso e partisse para a ignorância, porque da maneira como a moça chegou, chutando todos os equipamentos do funeral, só faltou derrubar o caixão do falecido! Só faltou isso na irresponsabilidade dessa moça.

É de bom momento que V. Exa. encaminhe esse seu relatório à CPI da Câmara Municipal e parece que o presidente é o vereador Stica, para que tome conhecimento, convoque essa servidora e V. Exa. não se furtará em estar presente nesta CPI da Câmara para corroborar aquilo que coloca nesta tarde aqui na Assembléia.

Nós já detectamos aqui na CPI do Crime Organizado e do Narcotráfico, a barbaridade que era o comércio de cadáveres pelo IML para com algumas faculdades aqui de Curitiba e agora vemos as famílias que continuam sendo constrangidas e obrigadas a atender a uma bolinha de bingo que diz: “foi a 21” e quem vai fazer é a funerária tal e a família é obrigada a aceitar. Não é por aí o caminho.

Já que estamos no mundo da globalização, parece que a globalização do sistema funerário não acontece entre Curitiba e a região metropolitana.

Quero parabenizá-lo pela sua condição como parlamentar, de ter tido a paciência, quem sabe eu não teria a mesma paciência, eu já daria voz de prisão, até porque V. Exa. está investido na condição de autoridade e poderia até ter dado voz de prisão a esta funcionária, por desrespeito.

Parabéns.

O SR. EDSON STRAPASSON

Obrigado, deputado Algaci.

Queria, dando seqüência ao encaminhamento, dizer, e isso é bom que fique registrado nesta Casa, porque apesar do serviço funerário ser uma competência, segundo a Constituição do município de Curitiba, ou seja, dos municípios, imaginem se cada município da região metropolitana colocasse uma barreira na frente dos cemitérios das suas regiões, impedindo que pessoas, que porventura nasceram e viveram em Colombo, em Rio Branco, em Tamandaré e que hoje moram em Curitiba e que têm o túmulo dos seus familiares na região metropolitana, fossem os municípios da região agir desta forma, impedindo o direito de enterrar os seus mortos.

Quero crer que teríamos no mínimo dez confrontos, dez casos como esse por dia na região metropolitana, o que seria, realmente, uma vergonha, um desrespeito ao cidadão.

Agora, é importante registrar, que eu quando cheguei ao local, eu tratei essa funcionária com o mesmo tom de voz que ela estava tratando os familiares: de maneira enérgica. E quando ela levantou o dedo e me

“deu de dedo”, eu também fiz o mesmo, porque nós, seres humanos, tratamos as pessoas da mesma forma que eles nos tratam. É a lei da ação e reação. Com certeza não baixei o nível, porque eu como parlamentar, para tratar com uma pessoa que, literalmente, entendo deve ter um ataque de histeria e que demonstrou aptidões muito maiores para representar uma peça teatral, que comprovou posteriormente, do que é realmente exercer a sua função como fiscal. Eu, realmente, dei um passo atrás.

Mas quero registrar aqui, estamos encaminhando expediente à Mesa nesta tarde, não principalmente pelo desrespeito a mim, ela desrespeitou os familiares, desrespeitou o deputado, dizendo que o deputado não era autoridade, dizendo também, senhor presidente, que os deputados usam as funerárias para pegar caixão. E eu lhe disse que jamais, em nenhum momento utilizei esses serviços pedindo favor para funerária de qualquer região, e que naquele momento eu estava ali investindo no direito de defesa do cidadão, não da funerária metropolitana ou da funerária de Curitiba, porque nós entendemos que o cidadão deve ter o direito de pegar aquela que melhor lhe convier. Mas nesse caso há de se entender que nós temos que fazer algumas indagações a todos os senhores deputados, porque na verdade o cidadão faleceu no município de Colombo, foi feita a autópsia em Campina Grande do Sul e apenas foi enterrado no Santa Cândida, que é onde a família tinha o seu túmulo.

Ora, se as funerárias de Curitiba é que são donas do cemitério, eu vou encaminhar expediente ao prefeito Cássio, para que ele nos responda a quem compete administrar os cemitérios. Porque nós não estamos nem sequer discutindo a questão do serviço funeral, mas sim, do cemitério internamente, que é do Poder Público. O cemitério não é das funerárias. A família está pagando e pagou para usar a capela mortuária. A família pagou ao cemitério para fazer a abertura do túmulo. A família pagou 113 reais, indevidamente ao nosso ver, à funerária, sem recibo, para abrir mão de um direito que ela não tem. Isso é crime!

Ora, neste trato, o mais grave de todos que eu acho, são os relatos dizendo que quando viram na urna, aqui, no Cemitério Municipal um preço, e esse preço subiu 4, 5 vezes após a família ter sido conduzida até a sede da Funerária Unilutus.

Posteriormente ao pagamento sem recibo, a funerária, entendemos, que é outro crime, é um pedágio ilegal que se cobra desse cidadão, que não deveria estar pagando isso. E está cobrando por orientação do próprio serviço funerário municipal, o que ao nosso entender, configura.

Aproveitando a oportunidade, queria colocar até a questão de preço, porque a família acabou pagando ao serviço funeral o valor de 200 reais. O pedágio para funeral em Curitiba foi cobrado ilegalmente o valor de 113 reais, mais de 50% para não se fazer nada. E gastaram mais de 170 para aluguel e abertura de túmulo. Entendemos ser muito caro para um cidadão carente.

Tenho certeza que a orientação do prefeito não é essa. E a prefeitura de Curitiba deverá, até por pressão desta Casa, pois nós como parlamentares representamos o cidadão e temos o dever de exercer o nosso peso político para que as autoridades, sejam elas municipais, estaduais ou federais, respeitem o cidadão, para que haja um basta nesta pouca vergonha que é este acerto, este lobby das funerárias no serviço municipal. E acaba sempre o cidadão sendo pressionado, às vezes coagido a pagar um preço absurdo às funerárias. Porque para as funerárias é apenas um cadáver, onde buscam ganhar o dinheiro para atender os seus desejos de lucros.

Aí também tem a questão do IML. Um projeto encaminhado a esta Casa no dia 02 de maio, dispõe sobre critérios para liberação de cadáver no IML. Colocamos no IML de Campina Grande do Sul uma pergunta: como o IML tinha repassado a documentação previamente à funerária, teoricamente sorteada? Há de se ver os critérios para a liberação de cadáver na região metropolitana e em Curitiba! Esse projeto, apesar de estar em regime de urgência, ficou de 11 de maio até 20 de junho na CCJ, e encontra-se desde 20 de junho na Comissão de Saúde. E, gostaria de pedir ao presidente desta comissão, deputado Luiz Accorsi, que procurasse encaminhá-lo com certa urgência.

Dentro desse lobby, desse acerto que comanda a máfia do serviço funerário da região, que pudéssemos respeitar o direito do cidadão e que ele pudesse contratar de uma forma organizada, sim, de uma forma respeitosa, mesmo que essa funerária estivesse embasada dentro da lei. Deve ter cláusulas que punam funcionários que não merecem o título de servidor público, porque se a Constituição Federal determinou aos municípios, tenho certeza que é para proteger o cidadão, e jamais para proteger o interesse das funerárias. Quando se fez a exigência de concessão de serviço público era para defender especialmente os interesses do cidadão menos favorecido e não interesses dos grupos econômicos, do cartel ou das funerárias.

É este o meu protesto.

Estaremos encaminhando nesta Casa o expediente para que possamos ir adiante e que menos pessoas sejam desrespeitadas, constrangidas, da forma que foi esta família na última quinta-feira.

Muito obrigado!

O SR. TONY GARCIA (Pela Ordem)

Gostaria de comunicar a esta Casa que se fazem presentes em nosso Plenário os deputados federais do PPB e toda a bancada do PPB: Janene, Meuler, Sperafico, Ricardo Barros. E com muita honra, acabamos de filiar ao nosso partido o ex-senador José Eduardo de Andrade Vieira que se faz presente neste recinto também.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós suspendemos os trabalhos da Sessão por cinco minutos, para que possamos receber aqui no plenário e os

senhores deputados possam cumprimentar o ex-ministro e o ex-senador José Eduardo de Andrade Vieira.

O SR. TONY GARCIA

Muito obrigado, senhor presidente.

(É suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos senhores parlamentares que retornem aos seus lugares, para que possamos reiniciar a Sessão. Solicito a permanência dos senhores parlamentares em Plenário, para reiniciarmos a Sessão.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PL, PSD, PSC, PST, PSL, PPS, PDT.

(Declinam)

Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu horário.

Com a palavra o senhor deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Ontem, em todo território nacional, o Partido dos Trabalhadores realizou, pela primeira vez na sua história e nos parece também que na história dos partidos políticos do nosso País, uma eleição direta pelos seus filiados, para renovação dos seus diretórios municipais, diretórios estaduais e também para eleição do novo diretório nacional do Partido dos Trabalhadores.

O PT hoje, conta com perto de 900 mil filiados em todo Brasil, nesses 21 anos de existência. A coordenação nacional do processo eleitoral espera a participação de perto de 200, 250 mil eleitores em todo o Brasil. De nossa parte, acreditamos que de alguma forma estamos aprofundando a democracia partidária, permitindo com que cada filiado, cada membro do PT, desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas, possa ter acesso e possa discutir e ao mesmo tempo, a respeito dos rumos do partido.

Todos nós sabemos da importância desse ato, desse gesto, porque no ano que vem o Brasil passará por um processo de eleições, aonde a sociedade brasileira terá oportunidade de discutir o futuro governo do nosso País, dos Estados e a eleição de deputados federais e senadores da República.

Para nós do PT é muito importante, porque acreditamos que nesses 21 anos, a experiência que o nosso partido teve ao administrar cidades, ao administrar Estados e ao estar envolvido com as lutas sociais do povo brasileiro, o PT está capacitado do ponto de vista administrativo, e sobretudo do ponto de vista político, para enfrentar os desafios do nosso País nos próximos quatro, cinco anos do próximo governo.

Acreditamos que o PT é um partido hoje, que demonstra um amadurecimento do ponto de vista da sua política, do entendimento das necessidades que o Brasil

tem para superar os desafios de desenvolvimento econômico, e sobretudo, do avanço das questões sociais. Esperamos que esse processo democrático tenha ajudado. Sem sombra de dúvida, temos certeza disso, de que ajuda, e muito, a consolidação de um projeto alternativo, democrático e popular para o nosso País.

Aqui em Curitiba, o processo eleitoral e a apuração já se encerrou. Nós já temos eleito um novo presidente do diretório municipal, que é o jornalista Roberto Elias Salomão, que disputou com mais dois candidatos em nossa cidade: com a Sra. Darlyn e com o jovem Edmar. O Salomão sagrou-se vencedor em primeiro turno. E no diretório estadual, ainda a apuração dos votos não pode dizer se haverá segundo turno ou não, no Paraná.

Vamos ter até amanhã um parecer definitivo sobre essa possibilidade. Caso haja segundo turno, três candidatos disputam no Estado do Paraná: o vereador André Vargas, da cidade de Londrina; o deputado federal Padre Roque, da cidade de Ponta Grossa, e o Jorge Sonda, que é da cidade de Cascavel.

Em que pese a disputa entre nós, a unidade do Partido está centrada em um programa de governo, para o Estado do Paraná, na sua abertura em relação ao conjunto da sociedade para que possamos ofertar ao nosso Estado, no ano que vem, um projeto de desenvolvimento econômico, um projeto de reconstrução do Estado do Paraná, sobretudo das relações entre o Governo do Estado e a sociedade, porque acreditamos que não é mais possível continuar com esse distanciamento, marcadamente aprofundada essa distância, pela gestão dos últimos 8 anos do Governo Lerner.

O Sr. José Maria Ferreira

Concede-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Ângelo Vanhoni, solicito aparte a V. Exa. para, em primeiro lugar, cumprimentar a coragem do Partido dos Trabalhadores, em fazer essa prévia, mostrando sobretudo que está amadurecido para exercício da democracia partidária.

E falo em meu nome e com a licença do líder das Oposições, deputado Waldyr Pugliesi, em nome de todas as Oposições, porque pelo exercício da prática democrática de base como está sendo feito pelo PT, é um exemplo para todos nós outros Partidos, também seguir reconhecendo as dificuldades, reconhecendo as características de cada um, mas é por aí que nós vamos, com certeza, efetuar a grande transformação do quadro político partidário.

Não adianta nada nós termos partido e não termos condições do exercício desses partidos e da dissidência dentro desses próprios partidos, e o PT dá exemplo sobejo desta situação, de conviver com as adversidades dentro do partido, sem ter que expulsar e sem ter que praticar o xenofobismo partidário.

Por isso, fica aqui o meu registro, pelo belo exemplo que o PT do Brasil está dando, e com certeza isto vai

servir de parâmetro para os outros partidos que terão, no exemplo de vocês, o caminho a ser tomado.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Agradeço ao deputado José Maria Ferreira. V. Exa. tem toda a razão, é preciso muita coragem para abrir um processo desses, sobretudo em um partido nacional, como é o PT.

E como deveria, no nosso entendimento, não que julgemos que o processo em curso, nos partidos, a representação por delegação não seja uma representação que também tenha uma natureza democrática.

Sabemos que a representação e a delegação, como se constituem as convenções partidárias, elas também se revestem de uma natureza democrática.

Mas o voto direto, a expressão direta na democracia também é de natureza democrática. E nós pretendemos construir essa tradição dentro do nosso partido, porque, se queremos construir um partido que realmente esteja envolvido com as questões da sociedade, e que não seja apenas um Partido em que algumas cúpulas, às vezes distantes daquilo que é a sua base de filiados, daquilo que a sociedade pode pensar e pode ter como o seu entendimento. Nós queremos construir um modelo mais aprofundado de relações com a sociedade.

É por isso que o PT, no último Congresso, optou pela eleição direta, para renovação dos seus membros.

E todas as correntes dentro do seu partido, têm acesso a todos os filiados, ao endereço de todos os filiados, e a possibilidade de convencer cada filiado do seu partido, de que a sua proposta esteja mais correta que uma outra, dentro do PT.

Para terem uma idéia da dificuldade que esse processo trouxe para o nosso partido, só no Paraná, 6 candidatos a presidente do Estado do Paraná. Em cada município, diversos candidatos, muitas vezes da mesma corrente política interna dentro do PT, porque a possibilidade de voto direto, com os filiados, permitiu que campanhas políticas fossem deflagradas no interior, em cada município, em várias regiões do nosso Estado.

Acho que o PT sai mais fortalecido deste processo, sai com um rosto para a sociedade brasileira. O programa que o PT quer defender para o Brasil e quer defender para a sociedade brasileira fica com uma nitidez maior, e acho que com isso cresce o Partido e cresce a democracia no nosso País.

São essas as palavras que tinha no uso da Liderança do Governo, aliás do PT, do futuro governo do PT!

Agradeço a V. Exa. a benevolência no horário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PTB, PMDB, PFL, PSDB, PTB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/99, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que institui o Bônus Verde - Paraná Mais Limpo, e dá outras providências, conforme específica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CEMA. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Inicialmente vamos votar o projeto, ressalvada a emenda.

Senhores deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Está em votação a Emenda de Plenário, com parecer favorável da CCJ.

Senhores deputados que aprovam a Emenda de Plenário, permaneçam como estão.

Aprovada.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a instituir a cidade de Sarandi como Capital Turística e Folclórica da Festa de Folia de Reis. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CT. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 204/2000**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Maia, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir a cidade de Sarandi como capital turística e folclórica da Festa de Folia de Reis.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da emenda apresentada em Plenário pelo autor, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável à Emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente e Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Eli Ghellere, Plauto Miró Guimarães, Antonio Carlos Belinati, Algaci Tulio, Orlando Pessuti, Marcos Isfer e José Maria Ferreira.

Vamos votar em primeiro turno o projeto.

Senhores deputados que aprovam o projeto em 2ª Discussão, permaneçam como estão.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Está em votação a Emenda de Plenário, com parecer favorável da CCJ.

Senhores deputados que aprovam a emenda, permaneçam como estão.

Aprovada.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 239/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que institui a inclusão da disciplina de Educação Tributária nas escolas

da Rede Pública Estadual de 1º e 2º Graus. **Aprovado. (Publ. no DA nº 095/2000, de 02/08/2000)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 264/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente “Santa Tereziinha do Menino Jesus” do município de Primeiro de Maio, no Estado do Paraná, com sede e foro no mesmo município. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2001, de 25/06/2001)**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 218/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a “Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Vila Industrial do Município de Laranjeiras do Sul”, com sede na mesma municipalidade. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2001, de 04/06/2001)**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 270/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer, no município de Chopinzinho / PR. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26/06/2001)**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 281/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Alto do Tigre, com sede no município de Guamiranga e foro na Comarca do município de Imbituva. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26/06/2001)**

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 282/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Manduri, com sede e foro o município de Guamiranga, Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26/06/2001)**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães Bom Jesus, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul / PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/2001, que altera para Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o atual Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, criado pela Lei nº 9579, de 22

de março de 1991. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CDHC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores da Água Branca, com sede no município de Guamiranga e foro na Comarca de Imbituva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Padre Durval Secchi, com sede e foro no município de Colombo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 330/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Hemofílicos de Maringá e Região Noroeste do Paraná - Hemopar, com sede e foro em Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/2001, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do município de Nova Olímpia. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 341/2001, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Creche Papa João XXIII, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 342/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública o Clube da Amizade Sem Fronteira - CASF/PR, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense das Empresas de Máquinas de Diversão Eletrônicas, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2967, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante

do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia. **Aprovado.**

Fica portanto, retirado da ordem do Dia o Projeto de Lei nº 407/2001.

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 215/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme, que institui novas normas sobre Concurso de Prognósticos Numéricos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CF. SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. (Publ. no DA nº 987/2000, de 26/06/2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 215/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, tem por objetivo instituir novas normas sobre Concurso de Prognósticos Numéricos.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 215/2000

P A R E C E R :

Chamados a opinar nesta Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei nº 215/2000, que obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, ratificamos tal decisão, quanto à constitucionalidade. No entanto julgamos que alguns artigos e parágrafos são mais adequados na regulamentação da lei, e não em seu corpo, razão pela qual opinamos pela sua aprovação na forma do substitutivo geral em anexo, que entendemos, obedece melhor ao processo legislativo, além de estabelecer proibições necessárias.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 215/2000

SÚMULA:

Regulamenta a autorização e a fiscalização do serviço público de jogos e concursos de prognósticos no Estado do Paraná, e dá outras providências.

Art. 1º - O serviço de jogos e concursos de prognósticos constitui-se um serviço público com objetivo de angariar recursos financeiros para o desenvolvimento da

política estadual de assistência social e da política de fomento ao desporto.

Art. 2º - Compete ao Serviço de Loteria do Estado do Paraná - Serlopar, subordinada à Secretaria de Estado do Governo, além das atribuições previstas na Lei Estadual nº 11.272, de 21 de dezembro de 1995, explorar, autorizar, credenciar, dirigir, operacionalizar, administrar, controlar e fiscalizar o serviço de jogos e concursos de prognósticos no Estado do Paraná.

Art. 3º - A exploração de jogos ou concursos de prognósticos, será executado, direta ou indiretamente, pelo Serlopar em todo o território estadual, observada a legislação vigente.

Parágrafo Único - Considera-se execução:

I - direta, quando efetuada sob responsabilidade do Serlopar, com ou sem auxílio de prestador de serviços, e por sua conta e risco;

II - indireta, quando autorizado pelo Serlopar, mediante concessão à pessoa física ou jurídica e por conta e risco desta.

Art. 4º - Ficam proibidos, no Estado do Paraná, a exploração de jogos e concursos de prognósticos, que, sem regulamentação e a autorização do Serviço de Loteria do Estado do Paraná - Serlopar, ofereçam prêmios em dinheiro ou bens.

Art. 5º - Considera-se concursos de prognósticos todo e qualquer concurso de sorteio manual, mecânico ou eletrônico, on line e/ou off line, de números, loterias e apostas, mediante pagamento de premiação em dinheiro ou bens.

Art. 6º - Nenhuma modalidade de jogo ou concurso de prognóstico poderá ter sua exploração iniciada ou autorizada pelo Serlopar sem que seja precedida de regulamentação.

§ 1º - O regulamento próprio de cada modalidade será elaborado pela diretoria do Serlopar e homologado pelo secretário de Estado ao qual o órgão estiver vinculado.

§ 2º - Havendo dúvida quanto a licitude da modalidade de jogo ou concurso de prognóstico a ser homologado, poderá o secretário de Estado referido no parágrafo anterior consultar a Procuradoria Geral do Estado ou determinar a realização, através do Serlopar, de perícia técnica ou outras diligências.

§ 3º - O regulamento de cada modalidade de jogo ou concurso de prognóstico a ser aprovado conterá obrigatoriamente:

I - regras gerais de funcionamento comum a todas as modalidades;

II - regras específicas de funcionamento da modalidade;

III - requisitos e documentos necessários para a autorização de exploração;

IV - tempo de duração da autorização de exploração;

V - condições e regras quanto aos recintos em que poderá ser explorado o jogo ou o concurso de prognóstico;

VI - número de recintos fechados, por municípios, que poderão ser autorizados para a exploração de jogos e/ou concurso de prognóstico, observada a média de um recinto para cada grupo de 150.000 habitantes, e o limite de somente uma autorização de exploração para cada pessoa física e/ou jurídica.

VII - Matérias, equipamentos ou máquinas a serem utilizadas na modalidade;

VIII - Destinação dos recursos arrecadados, como percentual de premiação, incluído a parcela correspondente ao imposto sobre a renda e outros eventuais tributos sobre a premiação; despesas de operação administrativa e divulgação; e taxa e/ou remuneração do Serlopar, em razão do exercício da autorização e fiscalização.

IX - Destinação dos prêmios não reclamados no prazo fixado;

X - Formas de fiscalização e penalidades pelo descumprimento da legislação em vigor;

XI - Regras com o objetivo de prevenir e combater os crimes de "lavagem" ou ocultação e bens, direitos e valores, conforme estabelecido na Lei Federal nº 9613, de 03 de março de 1998, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2799, de 08 de outubro de 1988.

§ 4º - Os fabricantes ou fornecedores de materiais, máquinas ou equipamentos necessários para a exploração do jogo ou concurso de prognóstico aprovado, deverão obter credenciamento e autorização do Serlopar, que os fiscalizará e os verificará a qualquer momento, quando em operação.

§ 5º - O Serlopar, deverá substituir ou exigir a substituição, quando a exploração for concedida ou terceirizada, dos materiais, máquinas e equipamentos utilizados, sempre que houver meios tecnologicamente mais avançados.

§ 6º - Em caráter excepcional e observado as condições sócio econômicas de cada município ou região, o Serlopar, com a concordância do secretário de Estado ao qual o órgão estiver vinculado, poderá autorizar a exploração de jogos lícitos e/ou concurso de prognósticos em recinto fechado, em número inferior a média de 200.000 habitantes por recinto.

§ 7º - A autorização mencionada no parágrafo anterior fica limitada a dois recintos.

Art. 7º - É proibido o ingresso de menores de dezoito anos no interior do recinto fechado de jogos e/ou concursos de prognósticos, assim como sua participação em qualquer jogo existente nas casas lotéricas estaduais.

Art. 8º - Os recintos fechados para a exploração de jogos e/ou concurso de prognóstico não se confundem com as casas lotéricas destinadas à venda de loteria estadual preexistente a vigência da presente lei.

Art. 9º - Jogos de diversão eletrônica é uma modalidade de jogo em que são utilizados equipamentos de vídeo jogos, vídeo game, jogos de realidade virtual e todo tipo de jogos de habilidade e/ou destreza que não entreguem premiação em dinheiro e que tenham por objetivo principal a diversão de crianças e adolescentes.

§ 1º - Será permitida a exploração de jogos de diversão eletrônica mediante autorização do Serlopar, observando, no que couber, o disposto no art. 7º e seus parágrafos da presente lei.

§ 2º - Compete também a Serlopar o credenciamento dos fabricantes, fornecedores e operadores de equipamentos e máquina de jogos de diversão eletrônica e a fiscalização das pessoas que operam estes jogos.

§ 3º - É proibido nos recintos de exploração da modalidade jogos de diversão eletrônica:

I - acesso de crianças desacompanhadas por pais ou responsáveis;

II - acesso de crianças e adolescentes trajando uniforme e/ou portando pasta ou materiais escolares;

III - instalação de quaisquer outros tipos de jogos que ofereçam prêmios em dinheiro;

IV - fumar;

V - comercialização ou consumo de quaisquer tipo de bebidas alcoólicas.

§ 4º - Considera-se criança, para efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Art. 10 - Na regulamentação das modalidades de jogos, concursos de prognósticos e jogos de diversão eletrônica, o Serlopar deverá instituir a cobrança de taxas fixas em razão da prestação de serviço específico, emissão do certificado de autorização ou dos tipos de equipamentos.

Parágrafo Único - São sujeitos passivos da taxa a que se refere este artigo, as pessoas autorizadas a explorar os jogos, concursos de prognósticos ou jogos de diversão eletrônicas.

Art. 11 - A receita resultante da exploração de jogos, concursos de prognósticos e jogos de diversão eletrônica, previstos nesta lei, deduzidos os prêmios e as despesas operacionais, inclusive tributos, será repassada pelo Serlopar à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, para a utilização em programas de assistência ao menor.

§ 1º - A Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, em obediência ao disposto no artigo 175 da Constituição do Estado do Paraná e Lei Complementar nº 50, de 08 de janeiro de 1990, destinará aos municí-

pios, para programas específicos de assistência social e de apoio ao esporte amador, cinquenta por cento do produto da arrecadação de concursos de prognósticos de número lhe repassada pelo Serlopar.

§ 2º - Os recursos referidos no parágrafo anterior deverão ser repassados mediante formalização de convênio.

§ 3º - O repasse aos municípios dos recursos fica condicionado ao cumprimento das exigências legais.

§ 4º - Compete a cada município a prestação de contas dos recursos recebidos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 5º - A Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, fica autorizada, mediante autorização do secretário e retificação do governador do Estado, despende cinco por cento da receita que lhe for repassada pelo Serlopar para medida de urgência, e em caráter excepcional, com objetivo de atender crianças e adolescentes não incluídas nos projetos da Secretaria.

Art. 12 - O poder de fiscalização do Serlopar fica limitado aos jogos e concursos de prognósticos por ele autorizados.

Parágrafo Único - Quando constatadas infrações penais ou quaisquer ilicitudes na prática de jogos ou concursos de prognósticos, o Serlopar deverá comunicar os fatos à Secretaria de Estado da Segurança Pública, para as providências.

Art. 13 - A Diretoria do Serlopar será composta além dos diretores mencionados no artigo 4º, § 2º, da Lei Estadual nº 11272, de 21 de dezembro de 1995, por um diretor de fiscalização, escolhido dentre pessoas de reconhecida capacidade administrativa na área.

§ 1º - Para a diretoria de que trata este artigo, fica criado um cargo de provimento em comissão de diretor de fiscalização, símbolo DAS-3.

§ 2º - O regulamento do Serlopar, a ser aprovado através de decreto do governador do Estado, deverá prever que ao diretor de fiscalização caberá receber denúncias sobre eventuais irregularidades, apurando-as e tomando as medidas legais cabíveis.

§ 3º - O Serlopar deverá criar uma central de recebimento de denúncias, com o telefone amplamente divulgado.

Art. 14 - O Serlopar realizará estudos, pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias destinadas à instituição de novos projetos de jogos e concursos de prognósticos.

Art. 15 - O Serlopar fica autorizado a celebrar acordos ou convênios com órgãos congêneres de outros Estados da federação, com o objetivo de explorar jogos e/ou concursos de prognósticos.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.08.2001.
(aa0 ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento nº 2966, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 215/2000.

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre o acompanhamento dos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das Comissões Parlamentares de Inquérito. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/2001, de 22/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 201/2001

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Antonio Carlos Belinati, o projeto de lei em questão dispõe sobre o acompanhamento dos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que impeça sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao projeto de lei, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 201/2001

Art. 1º - O Presidente da Assembléia Legislativa encaminhará relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito respectiva, e a resolução que o aprovar, ao Procurador Geral da Justiça do Estado e ainda às autoridades administrativas ou judiciais com poder de decisão, conforme o caso, para a prática de atos de sua competência.

Art. 2º - A autoridade a quem foi encaminhada a resolução informará ao remetente, no prazo de trinta dias, as providências ou a justificativa pela omissão.

Parágrafo Único - a autoridade que presidir processo ou procedimento, administrativo ou judicial, instaurado em decorrência de conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa,

comunicará, semestralmente, a fase em que se encontra, até a sua conclusão.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 2º, da Lei nº 13.032, de 29 de dezembro de 2000, que criou o Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná - Funcor. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2001, de 07/08/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 314/2001

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Hermas Brandão, o Projeto de Lei nº 314/2001, objetiva alterar o artigo 2º da Lei nº 13.032, de 29 de dezembro de 2000, que criou o Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná - Funcor.

Certamente por um lapso, a lei que criou o Funcor, deixou de incluir, a composição de seu Conselho de Administração, a FACIAP. O projeto em epígrafe visa tão somente corrigir essa falha, incluindo o inciso XVII, ao parágrafo 2º da Lei nº 13.032.

Constitucionalmente, esta Comissão não observa qualquer óbice à normal tramitação do projeto, podendo o mesmo ser encaminhado à apreciação do douto Plenário.

Parecer favorável.
Sala das Comissões, em 04.09.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, requerimento nº 2828, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2887, 2888 e 2948, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2893, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovados. (A matéria encontra-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 2965, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2895, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2889, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2890, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2891, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2892 e 2956, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2894, de autoria do senhor deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2903, de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2904 a 2907, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2910, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 2923, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2911, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2913, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2914, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2915, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2922 e 2939, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2928 e 2931, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2929, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2933, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2934, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 2935, de autoria do senhor deputado Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2936 e 2937, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2938, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2940, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Autorizo.**

Requerimento nº 2946, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2947, de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 2954 e 2955, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2957, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2958 a 2960, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2963, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2962, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para informar.**

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, o deputado Marcos Isfer é um deputado por demais persistente, adepto daquele dito popular: “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. O mesmo requerimento já foi rejeitado por várias vezes na Casa, e sempre na Sessão seguinte ele está reapresentando o mesmo teor.

Peço a V. Exa., levando em consideração o Requerimento Interno desta Casa, que não submeta sequer o requerimento à votação, com base no artigo 127, que obviamente, por analogia, tem que ser aplicado a esta proposição porque todo requerimento também é um tipo de proposição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu vou deixar de colocar em votação hoje o requerimento do deputado Marcos Isfer, até solicitando a sua anuência, e vou encaminhar ao Departamento Legislativo para as informações.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, tendo em vista deliberação de V. Exa., gostaria de comunicar ao Plenário que a Casa vai realizar amanhã às 17 horas um culto ecumênico em prol da Paz Mundial.

Então, a Assembléia Legislativa vai realizar esse evento e evidentemente contamos com a presença dos senhores deputados, contamos com a presença da Igreja Católica, evangélicas, enfim todas as crenças, todas as religiões, afim de que possamos realizar um evento pela paz, visto que o mal está querendo tomar conta do bem; nós temos que nos reunirmos na presença de Deus e pedirmos pela paz.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, consulto a Mesa de quando terá resposta a dar ao projeto e que propõe o plebiscito.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Amanhã, com certeza, nós acabamos de concluir o estudo e amanhã estaremos participando ao Plenário desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após a Sessão Ordinária, com seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 048, 061, 006, 008 e 012/2001.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 093/99, 307/2001, 311/2000, 316/2001 e do Projeto de Resolução nº 023/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 031/99 e 204/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 201 e 314/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 284, 342/2000; 101, 213, 350, 353, 360 e 365/2001.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ADEMIR BIER, EM SESSÃO DO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2001.

Copel Vender Ou Vender?

Ciro Damke
Revista Região

Desculpem-nos os leitores e motoristas, pois o assunto planejado para o artigo deste mês era o motorista,

o que ele e seu trabalho representam para a sociedade brasileira, as dificuldades que ele enfrenta no seu dia-a-dia pelas estradas (ou buracos) do Brasil de norte a sul etc. Fica este assunto para o próximo mês, pois com todo este barulho (ou bagunça) sobre a venda da Copel (que há tempo já está vendida ou dada de presente ou usurpada do povo paranaense!) não dá para ficar quieto. Por isso resolvemos rapidamente fazer algumas considerações sobre a tal venda da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a conhecida Copel, mesmo que ao sair este artigo a empresa talvez já não seja mais patrimônio do povo do Paraná. Segundo alguns políticos o processo da venda é corrupto, está viciado desde o início. Nota-se que há interesses muito fortes do governo para vender a empresa, pois está usando de todas as tramóias possíveis (alguns políticos preferem a palavra maracutaia) para vender a Copel. A ação popular com mais de 130.000 assinaturas contra a venda, a invasão da Assembléia Legislativa, os numerosos atos por todo o Paraná, algumas pesquisas, tudo isto mostra que a grandíssima maioria da população paranaense (algumas estatísticas falam de 94% da população) é contra a venda da Copel. Aliás, por que não se faz como em Londrina no caso Sercomtel: um plebiscito popular? Num regime democrático (que às vezes não tem nada de democrático!), por que não fazer uma consulta livre à população? É bom lembrar que os deputados fazem parte desta população, apesar de muitos, depois de eleitos esquecerem que foram eleitos pelo povo e que deveriam representar e defender em primeiro lugar os interesses deste povo e não os seus próprios interesses ou os do grupo dominante (governo).

Segundo o próprio governo, a empresa está passando por uma fase de alta rentabilidade, por que vender então uma empresa que está dando lucros? Porque nesta situação ela terá um valor de venda no pregão mais elevado e no futuro esta produtividade e seu valor poderão cair, dizem. Partindo de um valor básico de R\$4.900.000,00 a venda poderia chegar a R\$17.000.000,00. Na verdade, é sempre a mesma demagogia (na linguagem popular: conversa prá boi dormir); quando uma empresa é deficitária (como o Banestado, que está um caos), tem que vender; o governo não consegue conservar as estradas, privatiza-as dando-as de presente para algumas firmas particulares as explorarem (como bem público) através do tal famigerado pedágio. Por outro lado, se a empresa dá lucro também tem que vender porque é um bom negócio. Afinal, onde está a coerência? É sempre a mesma conversa, é bom aquilo que interessa ao governo, melhor, que interessa a alguns políticos. E o povo, onde ficam os interesses da população em geral? Dizem que é para completar os valores do Paraná Previdência, para a educação e para dar aumento aos funcionários. Alguém ainda acredita nessa conversa? Ou será que é verdade o que os jornais dizem que se o governo não conseguir vender a Copel para tapar os furos

do seu orçamento estaria falido? Em que e em quem ainda dá para acreditar? Quando interessa ao governo diz que a arrecadação de impostos e taxas caiu. Quando a ele interessa o contrário diz que a arrecadação nos últimos anos subiu de 100 a 120%.

E a pergunta: vender ou não vender privatizar ou não privatizar? Segundo o Secretário de Planejamento do Paraná, Miguel Salomão, a Copel não é do Paraná e a galinha de ovos de ouro nunca nos pertenceu. De acordo com ele nós produzimos (Copel) energia com recursos públicos e mandamos quase de graça para fora, que a empresa representa uma sangria para o Paraná. Engraçado, e mesmo assim ela está trazendo altos lucros para o Estado. Não dá para entender, algo está errado nesta história. Já o Senador Álvaro Dias (na Gazeta do Povo de 19.08.2001. p.3 do Caderno de Economia) acha que a Copel é inegociável, é uma empresa lucrativa, competente e de uma eficácia ímpar, e que é a Copel que alavanca o Paraná e que se esta for vendida a uma empresa particular esta não terá nenhum compromisso social com o povo. A Copel é um orgulho do povo paranaense. Enquanto a maioria dos Estados do Brasil passa por problemas de racionamento de energia, ameaça de apagão, o Paraná (inclua-se também Itaipu) produz energia para si e ainda vende boa parte para outros Estados. Veja-se os números da Copel: 4.545 megawatts da capacidade instalada, 18 usinas 6.690km de linhas de transmissão, 151.693km de linhas de distribuição, 1.107 localidades atendidas, 2.836 milhões de consumidores, 6.148 funcionários, projetos em andamento em diversos países do mundo, R\$430 milhões de lucro no ano passado. Todos estes números cheiram a dinheiro, a lucros altos e por isso atraem os interesses de grandes empresas.

P.S.: hoje já é dia 22.08.2001. A tal vergonhosa sessão da Assembléia Legislativa que derrubou a ação popular já aconteceu. Pelo Paraná inteiro e pelo Brasil ecoam vozes de revolta, de inconformismo, acusações de corrupção, compra de votos, inconstitucionalidade, etc. Não é para menos, uma verdadeira vergonha (maracutaia, mesmo) a tal sessão da Assembléia Legislativa. Que dizer da compra de votos de deputados? Que dizer de um secretário (Justus, justo? Pena pela nome!) que de manhã levanta secretário, à tarde vota como deputado e à noite vai dormir de novo como secretário? Isto é moral, é ético? Que vergonha, senhor secretário (bem minúsculo), ou deputado, ou não seria melhor traidor do povo? Que dizer de um deputado, sem nenhuma condição de saúde e psicológica, que literalmente foi segurado em pé para votar e logo a seguir foi retirado do plenário. Voto válido, talvez; moral, eticamente correto, nunca! No passado se fez uma campanha o petróleo é nosso, bem oportuno seria agora o slogan a Copel é nossa, a Copel é do povo do Paraná! E o que é do povo do Paraná (portanto, de todos) e está dando lucros deveria continuar do povo, pois enquanto for patrimônio público ao menos não irá

sumir no bolso (melhor, nas contas bancárias da Suíça ou das Bahamas) de alguns políticos ou empresários corruptos.

Se analisar de cabeça fria, isto é, com neutralidade, terá que se reconhecer que por todas as razões a venda da Copel contraria os interesses e a vontade do povo do Paraná. Portanto, a Copel é nossa!

* Professor do Curso de Letras e Diretor do Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras da Unioeste.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTODO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2001.

Uma Palavra do Presidente

Ingo Henrique Hübert
Diretor Presidente da Copel

É da natureza humana orgulhar-se de realizações genuínas.

E, no alvorecer do terceiro milênio, temos muito de que nos orgulhar.

Orgulhamo-nos de ser uma empresa que busca incansavelmente a excelência, situando-se entre as mais conceituadas do setor elétrico brasileiro e gozando de alto prestígio também no exterior.

A qualidade dos nossos serviços tem sido crescentemente reconhecida, como atestam os múltiplos prêmios e honrarias que nos têm concedidos, de que são exemplos:

a) a escolha da Copel, pela Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), como a melhor distribuidora do País, em 1999, e como a melhor distribuidora da região Sul e segunda melhor do País, em 2000, e

b) termos obtido, em pesquisa de satisfação com consumidores residenciais de todo o País, realizada no final do ano pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o órgão regulador e fiscalizador do setor elétrico, o primeiro lugar entre as grandes distribuidoras (mas de um milhão de consumidores) de energia elétrica no Brasil.

Orgulhamo-nos de nosso desempenho gerencial e financeiro, numa economia sujeita a tantas alterações conjunturais ditadas por fatores internos e externos ao País. Em 2000 nosso lucro líquido foi de R\$430,6 milhões - o maior lucro registrado em toda a história da Copel - contra R\$277,2 milhões em 1999. As receitas líquidas alcançaram R\$2.021,3 milhões, enquanto em 1999 haviam se situado em R\$1.611,9 milhões. Esse aumento de 25,4% reflete um crescimento de 6,7% nas vendas a consumidores livres, o crescimento do mercado da Copel atingiu 12,2%.

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido do exercício foi de 8,8%. O total da dívida, ao fim do exercí-

cio, era de R\$1.379,8 milhões, com uma relação entre endividamento e patrimônio líquido de 28%. Esses excelentes resultados financeiros estão de acordo com as expectativas da Companhia e refletem nossos esforços de redução de custos e melhoria da produtividade em toda a Empresa.

Orgulhamo-nos da visão de nosso corpo diretivo e gerencial e de nosso planejamento que nos têm permitido anteciparmo-nos às mudanças ou responder rapidamente a elas, aproveitando com agilidade as oportunidades de crescimento e diversificação de nossos negócios propiciadas pela desregulamentação da economia e pelo novo modelo institucional do setor elétrico. De fato, a Copel hoje é muito mais do que a energia. Além de vender serviços de consultoria dentro e fora do Brasil, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 46 anos de existência, a Companhia está presente também nos setores de gás, telecomunicações, saneamento, serviços, pesquisa, e desenvolvimento e agribusiness. Em dezembro, demos um passo gigantesco em nosso processo de reestruturação organizacional para nos tornarmos ainda mais ágeis e competitivos, com a criação de cinco subsidiárias integrais, que atuarão com relativa autonomia nas áreas de geração, transmissão, distribuição, telecomunicações e participações.

Orgulhamo-nos de ser uma companhia socialmente responsável, uma verdadeira empresa cidadã, que - além de atuar de forma absolutamente ética, com respeito às leis, às pessoas e ao meio ambiente - se preocupa e se envolve com a solução de problemas da comunidade, suplementando, dentro de suas possibilidades, a ação governamental. Prova disso é o recém-lançado Programa "Luz das Letras", que visa, mediante a mobilização de pessoas e instituições em diversos segmentos da sociedade que compartilhem nossa visão, contribuir significativamente para a redução do analfabetismo no Paraná, num horizonte de quatro anos.

Orgulhamo-nos do apoio que sempre recebemos do Governo do Paraná, das autoridades federais e estaduais, dos membros de nossos Conselhos Administrativos e Fiscal, dos agentes financiadores públicos e privados e dos investidores nacionais e estrangeiros, cuja confiança em nossa empresa tem sido fundamental para a consecução de nossos objetivos. Orgulhamo-nos, sobretudo, de ter correspondido a essa confiança. Queremos destacar, em especial, a visão de longo alcance e a firme orientação do governador Jaime Lerner, a quem creditamos em grande parte o sucesso alcançado pela Copel nos últimos anos.

Orgulhamo-nos da dedicação, do entusiasmo e do profissionalismo de nossos colaboradores, que têm consciência de que cada um faz diferença e dão o melhor de si para tornar realidade a Visão e a Missão de nossa empresa.

Queremos compartilhar o nosso orgulho com todos aqueles que têm ajudado a Copel a crescer e prosperar e registrar aqui o nosso muito obrigado por tudo.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI EM SESSÃO DO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2001.

Movimento da Legalidade no Paraná

Léo de Almeida Neves

O Estado do Paraná

O Brasil comemora os 40 anos da campanha cívica pela posse do vice-presidente João Goulart, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, dias 25 de agosto de 1961, liderada pelo governador Leonel Brizola, de dentro do Palácio Piratini, em Porto Alegre, e que teve forte apelo popular no Paraná.

O prefeito de Curitiba (PTB), general Iberê de Mattos, abriu o voluntariado para quem quisesse participar da possível luta armada, e milhares de pessoas se alistaram. Esse trabalho foi coordenado pelo jornalista Jorge Mathias Júnior, do gabinete do prefeito, que lhe atribuiu plenos poderes para conduzir a ação.

A Assembléia Legislativa do Paraná ficou em sessão permanente, de 25.08.1961 a 04.09.1961 desde que Jânio renunciou e seus três ministros militares, Odilo Denys, Grum Moss e Sílvio Heck, lançaram proclamação contrária à investidura de João Goulart, que se encontrava na República Popular da China, chefiando missão oficial. Todas as lideranças de bancadas manifestaram-se pela obediência à Constituição, não havendo discrepância explícita alguma. A Mesa da Assembléia aceitou instalação no recinto (atual sede da Câmara de Vereadores) de emissora de rádio para retransmitir a Cadeia da Legalidade, gerada no Palácio Piratini.

O líder do PTB, Amaury de Oliveira e Silva, apresentou, e não chegou a ser colocado em votação pela Mesa, exortação aos ministros militares e aos presidentes do Senado e da Câmara Federal exigindo a posse de João Goulart. Firmado o documento por grande número de deputados, solicitei que uma comissão especial, integrada pelos líderes das bancadas, levasse-o pessoalmente a Brasília. Por ser autor do requerimento, incluíram-me na comissão de líderes que iriam à capital da República.

Com o agravamento da situação político-militar, acabei sendo o único a viajar, portando a mensagem. Fui de táxi-aéreo, porque os vôos comerciais estavam suspensos. Na chegada, não havia aviões estacionados no aeroporto civil de Brasília e só se enxergavam aeronaves da FAB na área militar. Tivemos autorização da torre para aterrisar e fizemos o pouso solitário. Desci e caminhei sem problemas para a estação de passageiros vazia, mas com os funcionários civis a postos. Apanhei um táxi e cumpri parcialmente minha tarefa, entregando o manifesto da maioria dos deputados estaduais do Paraná e da Câmara dos Deputados. Obviamente, não me atrevi a levar o papel aos raivosos ministros militares.

Assisti à sessão da tarde da Câmara Federal, ouvindo vários discursos, talvez os mais belos e eloqüen-

tes da história parlamentar republicana. Lembro-me, especialmente, dos pronunciamentos de Almino Afonso, líder da bancada do PTB; de Rui Ramos, deputado trabalhista gaúcho; de Adauto Lúcio Cardoso, da UDN do então Estado da Guanabara; do líder integralista (Partido de Representação Popular) Plínio Salgado, todos a favor da posse de João Goulart na chefia da Nação. Ninguém ousou defender a tese dos ministros militares.

No fim da tarde, voltei ao aeroporto de Brasília e, quando adentrei, soldados da Aeronáutica, com armas de mão, corriam pelos corredores na tentativa de aprisionar alguém. Mostrei-me alheio ao que se passava, porém me interpelou um oficial da Aeronáutica, ao qual exibi a carteira da OAB/PR e lhe disse estar a serviço profissional. Justificativa aceita, saí por uma porta da antiga estação de passageiros e caminhei calmamente até o pequeno avião, o único na pista. O comandante (sem co-piloto, pois era monomotor), acionou as hélices e subimos, sem autorização da torre, que emudeceu na base de que “quem cala consente”.

Já anoitecendo, descemos em Congonhas, São Paulo, sem nenhum problema. Como a BR-116 e o aeroporto de Curitiba estavam interrompidos por conta da crise político-militar, desloquei-me ao Paraná de carro entrando por Sengés, Jaguariaíva, Castro e Ponta Grossa, onde cheguei de madrugada e encontrei a Câmara Municipal em vigília cívica, com muitos estudantes, trabalhadores, profissionais liberais e políticos. Através de emissora de rádio instalada no local, e que estava sob o comando do jovem vereador Edmar Luiz Costa, falei ao povo paranaense, relatei o êxito da incumbência que me levava a Brasília e o amplo apoio congressional à tese da legalidade. Nesse mesmo dia, dei ciência aos meus colegas da Assembléia Legislativa do dever cumprido e dos acontecimentos brasilienses.

Durante esse tormentoso período da Batalha da Legalidade, os deputados trabalhistas Amaury de Oliveira e Silva, Luiz Alberto Dalcanalle e Jorge Nasser deslocaram-se várias vezes até Porto Alegre para contatar

com Leonel Brizola no Palácio Piratini e com a Assembléia Legislativa gaúcha. Muitos deputados pronunciaram corajosos e veementes discursos pela posse de Jango, entre outros Amaury Silva, Luiz Dalcanalle, Joaquim Neia de Oliveira, Nelson do Rosário, Arthur de Souza, Jorge Nasser, Aldo Silva, José Hoffmann, Pedro Liberti, João Ribeiro Júnior, Elio Dias, Waldemar Daros e eu próprio.

O governador Ney Braga não tomou partido no Movimento da Legalidade e, depois, apoiou a solução de aprovar o parlamentarismo como meio de desfazer o impasse.

O professor de Direito Constitucional José Munhoz de Mello, ex-presidente do Tribunal de Justiça e ex-deputado federal constituinte de 1946, comunicou ao diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná que não daria mais aulas até que Jango assumisse a Presidência. Jornalistas soltaram manifesto pró-posse assinado pelos redatores políticos dos jornais O Estado do Paraná, José Augusto Ribeiro; Diário do Paraná, Clóvis Stadler de Souza; Tribuna do Paraná, Ilson de Almeida; Correio do Paraná, Jairo Regis e Última Hora, Aderbal Fortes Sá Júnior. A Aliança Operária Estudantil denominou de “Casa da Legalidades” a sede da União Paranaense dos Estudantes (UPE) e lançou manifesto subscrito pelo presidente da UPE, Ronald Osti Pereira, pelo presidente da UPES, Parimé Brasil, pelo presidente da União Curitibana dos Estudantes Secundários (UCES), Accioli Neto, e por presidentes de federações e sindicatos de trabalhadores.

Enfim, a memorável e vitoriosa luta que culminou com a assunção do presidente João Goulart no dia da Independência, 7 de setembro de 1961, empolgou o povo paranaense e representou uma das mais belas páginas vividas pela democracia brasileira.

*Léo de Almeida Neves é ex-secretário geral no Paraná e nacional do antigo PTB. Ex-deputado estadual trabalhista; ex-deputado federal e atual suplente de senador.